

REPRESENTAÇÕES DE ESPANHA
NO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS, NA HISTORIOGRAFIA
E NO DISCURSO NACIONALISTA (1890-1933)

Aurea Adão (*coord*)
Sergio Camos
Jose L. Fernández
Maria João Mogarro

NO TEMPO DO LIBERALISMO

►► Quando a organização portuguesa deste IV Encontro Ibérico de História da Educação me dirigiu o convite para coordenar um Grupo de Trabalho que estudasse o tema geral do Encontro no que respeita a Portugal e ao período correspondente à nossa 1.^a República, pôs-se-me logo a questão, como a qualquer outro historiador da educação, de não podermos tratar isoladamente os aspectos educativos e pedagógicos omitindo o contexto político e social em que se produziram. Por esta razão, o Grupo é constituído por investigadores que se têm ocupado do tema nas suas diversas vertentes.

As instituições educativas, as práticas e os métodos pedagógicos, a gestão e administração escolares inserem-se naturalmente na história política, social e cultural de um país. Ainda que não sejam um simples reflexo da sociedade que os produz e a que se destinam, os sistemas educativos no seu conjunto ou em qualquer dos seus níveis de ensino não deixam de corresponder a uma expressão das concepções ideológicas de seus autores. Por isso, em Portugal, as políticas de educação de finais de Oitocentos aos primeiros decénios do século XX não podem dissociar-se dos governos que as aprovaram e dos outros poderes que as sustentaram ou a elas se opuseram tal como as concepções educativas tornadas então públicas não se afastavam das ideologias suas contemporâneas.

A função integradora conferida à escola pelos republicanos portugueses fez do conceito de pátria o eixo de referência fundamental para a formação dos cidadãos. Em consequência, os momentos de consolidação da identidade nacional construíram-se em oposição a uma Espanha que, frequentemente, foi vista como um perigo para a independência portuguesa. Por isso, para além das políticas educativas e respectivos sistemas escolares da responsabilidade dos poderes públicos, será necessário procurar noutros universos monárquicos e republicanos, mais ou menos reflexivos e conscientes, a ideia e o sentimento de formas de convivência ibérica.

I

Nacionalismo e anti-iberismo.
A pedagogia nacionalista da Comissão
1º de Dezembro (1890-1933)

Sérgio Campos Matos¹

1.1

Em meados do século XIX, num tempo de estruturação de diversos Estados-nação europeus, o iberismo afirmou-se em sectores das elites políticas e intelectuais espanholas e portuguesas². Estava então muito em voga o princípio da auto-determinação dos povos, do direito de uma nacionalidade constituir um Estado independente. Os casos da Grécia (independente em 1829) e da Polónia, esta última em luta pela autonomia em relação ao Império russo, eram, não raro, apontados como paradigmas da afirmação deste princípio. Mas difundia-se também a teoria dos grandes estados e das grandes nacionalidades que se traduziria nos processos de unificação da Itália e da Alemanha, concluídos respectivamente em 1870 e 1871. Esta teoria menosprezava os pequenos estados, chegando a considerá-los, além de um determinado limiar, desnecessários ou até nocivos ao progresso e ao bem-estar das respectivas populações. O iberismo insere-se nesta última posição.

Ora, é precisamente nos decénios de 1860-70 que propostas iberistas de diverso teor (unitaristas ou federalistas) alcançam em Portugal uma mais significativa audiência. Não que o iberismo conseguisse grande influência social. Na verdade, não ultrapassou os limites de um reduzido sector de intelectuais empenhados na vida política. Mas suscitou uma viva reacção nacionalista, alimentando durante décadas a chamada “questão ibérica”. É neste contexto de afirmação de propostas de integração de Portugal e Espanha (ou das diversas nações que a constituem) que importa compreender as tão variadas representações da Espanha que se difundiram.

1. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

2. Sobre o iberismo veja-se, entre outros estudos: Hipolito de la Torre Gomez, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919*, Madrid, 1983; Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura História e Filosofia*, vol. IV, 1985, pp.419-46; e Amadeu Carvalho Homem, “O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses (1870-1910)”, *Estados e sociedades ibéricas. Realizações e conflitos (séculos XVIII-XX)*, Cascais, 1996, pp.213-220.

Associado, não raro, a um ideal cosmopolita, humanitário e pacifista de regeneração e independência dos povos ibéricos em relação às grandes potências da época, o iberismo foi aproveitado politicamente pelos seus detractores. A integração de Portugal e Espanha numa mesma unidade política, sob a forma de uma monarquia ou de uma república federal, foi identificada com fusão ou absorção do pequeno estado português numa Espanha sempre ávida de consumir essa unidade. E os iberistas foram vistos, em Portugal, como inimigos internos, traidores da Pátria. O iberismo, entendido como a grande ameaça externa, tornou-se cavalo de batalha de um nacionalismo passadista e retórico, alimentado de rituais comemorativos anuais – as comemorações do 1.º de Dezembro de 1640, data da Restauração da independência política do país.

No decénio de 1880, a valorização da questão colonial africana, acentuada com a Conferência de Berlim (1884-85) e com a reacção ao Ultimatum britânico de 1890, contribuiu, a par da estabilização das relações diplomáticas entre Portugal e a Espanha, para que se esbatasse o iberismo. O sentimento de anglofobia terá alimentado um ideal de aproximação cultural, diplomática e até política com a Espanha. Mas pode dizer-se que, desde os anos 80 e até à implantação da República em Portugal (1910), o iberismo passou a identificar-se quase exclusivamente com o princípio de uma federação ibérica, de que eram grandes paladinos muitos republicanos. Note-se que no âmbito da forma federal, Portugal passaria a ombrear com Castela, a Catalunha, o País Basco, a Galiza e a Andaluzia, sem pôr em causa a sua autonomia (ponto bem sublinhado pelos federalistas). A federação ibérica era assim encarada como a possibilidade futura que melhor poderia defender os interesses nacionais num contexto peninsular e europeu. Houve até quem sustentasse algo irrealisticamente (caso de Horácio Esk Ferrari), que Portugal seria a nacionalidade mais dinâmica da Península, atendendo à sua vocação marítima e cosmopolita.

O federalismo foi a mais forte corrente no republicanismo português. Compreende-se que a ideia federal, de marcada matriz proudhoniana, estivesse na base de uma representação fraternal da Espanha que teremos oportunidade de examinar. E embora o programa unitário do Partido Republicano Português (PRP) de 1891 contemplasse a forma federal, a frágil República portuguesa, implantada em 1910, acabou por adoptar a forma de um Estado unitário. Lembre-se que por essa época só dois outros Estados europeus eram repúblicas (a França e a Suíça). E que o novo regime português precisava de se legitimar historicamente recorrendo a uma imagem unitária da sua história.

Não terá sido por acaso que um dos primeiros símbolos dessa legitimação histórica foi precisamente a bandeira nacional, consagrada numa “festa da bandeira” que, com especial significado, se concretizou no dia 1 de Dezembro de 1910 – dia que passou a ser feriado, o primeiro feriado instituído pelo novo-regime³, data da comemoração da Restauração e dos seus heróis, os conjurados.

A proposta de uma festa da bandeira nesta data partiu da Comissão Central 1.º de Dezembro, associação fundada em 1861 com o objectivo de comemorar este dia simbólico. Esta associação levava a cabo o propósito inicial de erigir em Lisboa um monumento aos Restauradores (que só se concretizou em 1886) e mantinha viva, através de práticas comemorativas realizadas em diversas localidades do país, a memória daquele acontecimento e a ideia da independência nacional.

A Comissão Central 1.º de Dezembro reunia intelectuais e políticos de diversos sectores (legitimistas, liberais de diversos matizes e até homens ligados ao operariado). Em 1870, em 32 sócios, metade era de Lisboa, 12,5% de Coimbra e 9,4% viviam no Brasil. Quase 1/3 (31,7%) eram jornalistas ou escritores; 28,2% faziam parte da alta burocracia do Estado (ministros, deputados, governadores civis, presidentes de câmaras municipais, etc.); 8,2% eram militares e 7% capitalistas (comerciantes, industriais e banqueiros)⁴.

As comemorações do 1.º de Dezembro remontavam a 1641. Nas Cortes desse ano (20 de Janeiro) decidira-se levar a cabo uma celebração anual de *Te Deum* nas seis catedrais; durante muito tempo as comemorações assumiram sobretudo um carácter religioso, com destaque para a evocação na Sé de Lisboa. A acção da Comissão Central 1.º de Dezembro terá contribuído para a sua secularização – embora mantendo, em parte, a dimensão religiosa. Em 1892, numa assembleia geral realizada em Lisboa, pediu-se que o dia fosse con-

3. O 1.º de Dezembro foi declarado feriado a 12 de Outubro de 1910 (uma semana depois da implantação da República). A decisão de comemorá-lo como festa da bandeira foi instituída por decreto de 22 de Novembro do mesmo ano (cf. Luís Miguel Andrade, *História e memória. A Restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940* (tese de doutoramento, policop.), s.l. Universidade de Aveiro, 2000, pp. 85-86). Sobre a controvérsia suscitada pela bandeira, veja-se João Medina, “A bandeira republicana – de pendão insurrecto a bandeira nacional”, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, 1993, pp.143-178.

4. Cf. Maria José A. Grossinho e Carla Renata Espinha, *Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 (1861-1870)* (policop.), s.l., 1996.

siderado de “grande gala e festa nacional” (na verdade, durante a monarquia constitucional não passara de dia de “Pequena Gala”). Mas o pedido não obteve resposta positiva por parte do poder (estava em funções um ministério chefiado por Dias Ferreira). Além da eventual comparência do monarca no *Te Deum* da Sé, não havia qualquer outra expressão oficial da comemoração⁵. O que, por contraste, mostra bem a relevância da instituição da Festa da Bandeira em 1910, incidindo, justamente no dia 1.º de Dezembro. Acentue-se, por outro lado, a dimensão marcadamente pedagógica e nacionalista que assumia esta festa, com a participação significativa da população escolar de diversos graus de ensino, do primário ao superior. De resto, em Braga, terão sido os estudantes do colégio dos jesuítas (antigo Colégio de S. Paulo, fundado em 1531) que, em Dezembro de 1640, antes mesmo do Senado Bracarense, terão festejado nas ruas a Restauração da independência nacional⁶.

Se, durante a Monarquia constitucional, a dimensão oficial das comemorações do 1.º de Dezembro era praticamente inexistente, temos notícia de que os festejos se realizavam em numerosos centros urbanos do país, por iniciativa de grupos de cidadãos, organizados ou não em filiais da Comissão Central 1.º de Dezembro. Ou seja, a ideia de comemorar partia da sociedade civil e a participação oficial era reduzida. No ano de 1894, destacam-se nos festejos, para além das capitais de distrito (exceptuando o Porto, Guarda, Viseu, Castelo Branco, Portalegre e Santarém), diversas povoações da região de Lisboa (Almada, Paço de Arcos, Queluz, Benavente, Samora Correia, Alenquer), do Alto Alentejo (Élvas, Estremoz, Alter, Mora, Portel e Vendas Novas) e algumas cidades dispersas (caso da Covilhã, Lamego ou Cantanhede)⁷. Em 1911, a crer no *Diário de Notícias*, o número de capitais de distrito que participou nas comemorações restringiu-se (apenas Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém e Beja). Em contrapartida, várias povoações de província que não haviam celebrado o 1.º de Dezembro em 1894 aderiram aos festejos: sobretudo na região de Lisboa (Azambuja, Seixal, Amora, Monte da Caparica, Almada, Cacém, Amadora), no Alentejo (Castelo de Vide, Fronteira, Merceana, Viana do Alentejo, Aljustrel), Algarve (Albufeira e Lagos) e no centro do país (Caldas, Tomar, Golegã)⁸. Em 1913, as comemorações na província continuam a ocupar um

⁵ Luís Miguel Andrade, *Op. cit.*, pp. 76-77.

⁶ Rafael de Barros Soeiro, “O 1.º de Dezembro de 1640 e o Colégio de S. Paulo em Braga”, *Medalhões (figuras de Braga ou que por ela passaram)*, 3.ª série, Braga, 1981, pp. 10-11.

⁷ A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência Portuguesa 1861 a 1940*, Lisboa, 1940, p. 147.

⁸ “O 1.º de Dezembro”, *Diário de Notícias*, n.º 16545, 3-XII-1911.

lugar destacado no panorama geral, não raro promovidas por escolas (por exemplo, os Liceus de Viana do Castelo e de Braga) ou por associações de instrução (casos da Sociedade de Instrução de Coruche e da sua congénere do Barreiro). Outros estabelecimentos de ensino - liceus, o Colégio Militar, escolas industriais, escolas normais, a Universidade Popular de Vila Real, a Escola Naval, a Escola do Exército, a Universidade de Coimbra - promoveram sessões solenes evocativas do 1.º de Dezembro sob a forma de saraus, palestras ou outras iniciativas comemorativas⁹. Em 1920, no Liceu Gil Vicente, houve uma festa promovida por um grupo de escuteiros em que o futuro seareiro Luís da Câmara Reis fez uma palestra. Outras instituições em cuja acção se afirmou uma dimensão pedagógica participaram: a Sociedade de Geografia - em que se realizavam conferências - centros republicanos (caso do Centro Escolar António José de Almeida, em 1914, ou do Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima, em 1915, em que se pronunciaram lições de história relativas à data de 1640), da União Cristã da Mocidade e do Grupo de Escuteiros. Este último, a partir de 1915, passou a considerar o 1.º de Dezembro como dia nacional dos escuteiros portugueses¹⁰.

A intenção de se mobilizarem professores e alunos das escolas nas comemorações afirmou-se sobretudo desde 1910 e tornou-se uma constante. Em 1911, os alunos do Asilo Maria Pia e da Casa Pia compareceram com as respectivas bandas musicais na Praça dos Restauradores, em Lisboa¹¹. Na Universidade de Coimbra, onde as comemorações remontavam ao séc. XVII, era frequente haver confraternizações e palestras alusivas ao tema; em 1927 (3 de Dezembro), teve lugar uma conferência pelo Prof. Agostinho Fortes (da Faculdade de Letras de Lisboa). A própria Comissão Central 1.º de Dezembro (depois, Sociedade Histórica) procurou levar a cabo tal objectivo, não raro mediante a acção das suas delegações concelhias. Exemplo disso foi a instituição do Prémio Nun'Álvares pela delegação da Ribeira Brava (Madeira), destinado aos alunos mais distintos das escolas oficiais. Em 1930, nos festejos do 1.º de Dezembro terão participado 300 crianças das escolas daquele concelho: organizou-se um cortejo que se dirigiu para a igreja local (onde houve o tradicional *Te Deum*) e depois uma saudação à bandeira nacional em frente ao Paço

9. "O 1.º de Dezembro", *Diário de Notícias*, n.º 17266, 4-XII-1913, p.7 e E. Ramos da Costa, *Op. cit.*, pp. 154-155.

10. *Ibid.*

11. "O 1.º de Dezembro", *Diário de Notícias*, n.º 16545, 3-XII-1911.

Gago Coutinho e distribuição de prémios aos alunos. No ano seguinte, o número de alunos presentes terá aumentado para 400¹².

As comemorações do 1.º de Dezembro foram vividas de um modo bem diverso consoante os actores que nelas participaram. Se durante a Monarquia Constitucional, a organização dos festejos cabia habitualmente à Comissão Central 1.º de Dezembro, após a implantação da República a direcção dos festejos era oficialmente atribuída aos municípios, em concertação com aquela associação. Temos notícia de que em Braga, onde, como observámos, existia uma longa tradição académica de evocação do sucesso (bem patente na frequente publicação de números únicos de homenagem aos heróis de 1640)¹³, nos anos 20 e 30 do século XX, ela assumia uma bem evidente dimensão vivencial, com uma ceia académica em que se comia e bebia largamente, além de expressões de sentimento patriótico pelas ruas da cidade, traduzidos em “vivas a D. João IV e (...) morras aos sinistros Filipes e ao traidor Miguel de Vasconcelos¹⁴”.

Em Lisboa, as comemorações terão adquirido características bem diversas, dado o perfil institucional que alcançaram a partir de 1910, com destaque para a participação do Presidente da República e de vários ministros nos lugares simbólicos, por excelência, de 1640: o Palácio dos Condes de Almada (última sede da conspiração que levaria D. João IV ao poder e, mais tarde, da Comissão Central 1.º de Dezembro) e o monumento aos Restauradores, na praça do mesmo nome, em Lisboa. Em que consistiam os festejos do 1º de Dezembro na capital, principal centro de evocação comemorativa? Um cortejo deslocava-se entre aquela sede e o monumento, de resto, geograficamente muito próximos. Em 1910, o percurso foi do Marquês de Pombal aos Restauradores, onde foi colocada a bandeira nacional. Salvas de artilharia, iluminação nocturna do Palácio dos Condes de Almada, do monumento e de outros edifícios públicos, bem como uma récita no teatro S. Carlos eram as

12. Arquivo da Sociedade Histórica da Independência Nacional (SHIP), Carta do Presidente da delegação de Ribeira Brava ao Presidente da SHIP, 31-VIII-1930. Id., Idem, 17-I-1931. Os festejos na Ribeira Brava tinham sido, pelo menos desde 1926, da iniciativa da Comissão Administrativa da respectiva Câmara Municipal. A festa era “inteiramente dedicada às escolas do concelho, para que na memória das crianças fique gravada tal data, ensinando ao mesmo tempo a amarem a sua Pátria e a sua Bandeira” (Arquivo da SHIP, carta do Presidente da Com. Adm. da Câmara, José Rafael Basto Machado, professor do Liceu Jaime Moniz, ao Presidente da SHIP, datada de 16-XI-1928).

13. Vd. Maria Helena Laranjeiro da Cunha, *Números únicos bracarenses comemorativos do 1.º de Dezembro de 1640*, Braga, 1990.

14. Rafael de Barros Sociro, *Op. cit.*, pp. 9-10.

habituais iniciativas festivas. Mas nem sempre se realizaram os festejos oficiais (por exemplo, em 1914, por decisão do governo, ou nos anos de 1918 e 1919), por múltiplas razões: oportunidade política, conjuntura financeira, ausência do Presidente da República, etc.¹⁵

A valorização da data que o novo regime empreendeu prende-se, sem dúvida, com o receio sempre presente da ameaça ibérica. Lembre-se que logo após o 5 de Outubro de 1910, muitos monárquicos, chefiados por Paiva Couceiro, se tinham refugiado na Galiza onde preparavam a restauração da monarquia e que a ideia anexionista estava presente no espírito dos dirigentes espanhóis, com destaque para o próprio monarca, Afonso XIII. Os ecos dessa conspiração contra a República portuguesa estavam bem vivos na opinião pública de então¹⁶. Por outro lado, na conjuntura internacional que precede a eclosão da Guerra de 1914-18 exacerbavam-se na Europa os ânimos de nacionalismos expansionistas. A opinião germanófila espanhola adoptava uma postura imperialista e, como é sabido, a Alemanha tinha ambições sobre os territórios coloniais portugueses. Traduzia-se num “modo conservador” de relação com Portugal, propugnando inequivocamente a união ibérica, se necessário fosse por via militar. Ao invés deste “modo conservador” (para adoptarmos a terminologia do periodista Luis Araquistain), alguma imprensa espanhola (caso de *El Imparcial*, em 1917) propunha uma estratégia de “harmonia ibérica”, ou seja, um modo liberal, amistoso e pacífico de aproximação com Portugal que contemplasse uma união aduaneira e uma aliança política e militar¹⁷. Impunha-se, pois, consagrar a data da Restauração como momento dourado da resistência à união ibérica. Mas a instabilidade política do novo regime português e o seu desprestígio só contribuirão para acentuar o receio da ameaça externa espanhola.

1.3

Neste contexto, compreende-se bem a oscilação entre dois sentimentos por parte dos políticos portugueses, que tendem a configurar duas posições políticas diversas: 1) o sentimento mais primário de hispanofobia, que vinha sendo

15. Importa todavia lembrar que na direcção da Comissão se encontram frequentemente altas figuras do Estado – caso de Hintze Ribeiro, dirigente do Partido Regenerador e presidente da Comissão Central 1.º de Dezembro, nos primeiros anos do séc. XX.

16. Veja-se Hipólito de la Torre Gomez, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919*, Madrid, 1983, pp. 127-148, passim.

17. Id, Idem, pp. 326-335 e pp. 342 e ss.

alimentado desde o século XVII e que se exacerbava desde meados do séc. XIX numa vasta produção panfletária e de propaganda, disseminada em múltiplos gêneros; 2) um sentimento de comunhão e de irmandade que aponta no sentido de uma convivência, aproximação diplomática e amizade.

A primeira atitude corresponde a um patriotismo marcadamente historicista e retórico que vive do antagonismo em relação ao espanhol, visto de um modo indiferenciado como ameaça e como opressor, fonte de todos os males. Traduz-se num corpo de metáforas que exprimem repulsa e ódio. Para qualificar ou designar os sessenta anos de monarquia dual dos finais do séc. XVI a meados do séc. XVII (1580-1640) empregam-se frequentemente termos como “cativeiro” (ou “cativeiro humilhante”), “escravidão”, “opressão”, “domínio estrangeiro”, pátria “agrilhoadá”, “pesado jugo”, “horrível pesadelo”, “decadência moral”, “túmulo”. Por um lado, transmite-se uma imagem extremamente negativa da administração filipina, remetendo invariavelmente para a ideia de prisão e para a ausência de liberdade. Por outro, caracteriza-se a situação da nação portuguesa como de decadência e opróbrio. Saliente-se ainda que, não raro, o opressor estrangeiro é identificado com Castela¹⁸. Ou seja, reduz-se a Espanha a Castela, fazendo tábua rasa de todas as restantes nacionalidades peninsulares.

A segunda atitude a que nos referimos, geralmente associada a um ideal ecuménico, cosmopolita e humanitário, de convivência pacífica entre as nações, traduz-se numa retórica segundo a qual a Espanha não é uma nação inimiga mas irmã que, ante o desaparecimento de “velhos ódios”, deve ser envolvida num “amplexo fraternal”. Não surpreendem, neste contexto, as expressões de admiração e os elogios para com o “altivo povo espanhol”, “os bravos de Cuba e das Filipinas” (note-se que este texto é anterior à guerra hispano-americana de 1898)¹⁹. Irmã em que sentidos? Um outro académico, em 1894, explicitava a ideia: irmã pela raça, solo, clima, hábitos, “até quase pela língua²⁰”. Encontramo-nos aqui muito próximo dos argumentos de Sinibaldo Más, um dos principais teóricos do iberismo em meados de Oitocentos. Mas, ao invés de D. Sinibaldo, o estreitar dos vínculos e das relações entre Portugal e Espanha não deveria prejudicar a independência dos dois Estados. Alguns

18. Caso de um manifesto datado de 1918. Cf. A. Ramos da Costa, *Op. cit.*, p. 76.

19. Manuel Roças, texto sem título in *Homenagem da Academia Vianense aos heróis de 1640*, Viana do Castelo, 1896, p. 3.

20. Rodrigo Veloso, texto sem título, in *Homenagem da Academia Bracarense aos heróis de 1640* no 1º de Dezembro de 1894, Braga, 1894.

outros exemplos. Num projecto aprovado pela assembleia geral da Comissão 1.º de Dezembro, entregue ao governo em 1910, afirmava-se que “as festas da Restauração, *afastando o carácter de represália entre povos que se consideram irmãos*, deve assumir somente o de solenização da autonomia da Pátria Portuguesa, desprendida de todo e qualquer intuito reservado”²¹ António José de Almeida, enquanto Presidente da República, pronuncia a 1 de Dezembro de 1921, um significativo discurso em que afirma não existir nenhum inimigo contra quem Portugal tenha que se precaver e que a Espanha “*é há imenso tempo nossa amiga e nós somos amigos dela*” (sublinhados nossos). Poderá perguntar-se que sentido poderia então ter comemorar o 1. de Dezembro? No entender do então Presidente a data deveria considerar-se “um *aviso*, uma *prevenção* e um *exemplo*” (sublinhados do Autor)²².

Estas duas posições em relação à Espanha não correspondem necessariamente a correntes políticas diferenciadas, antes parece haver uma oscilação entre elas, consoante as conjunturas. A conjuntura da Grande Guerra, em que se receou uma aproximação da Espanha à Alemanha e a conseqüente ameaça anexionista peninsular e africana, terá contribuído (e não pouco) para uma verdadeira maré de hispanofobia que se traduz no receio de assimilação económica e financeira. Em 1918, pouco antes do final do conflito, são frequentes as notícias na imprensa periódica chamando a atenção para a eminente compra de acções da Companhia dos Caminhos de Ferro portuguesa por parte de financeiros espanhóis, para a sistemática compra de propriedades junto à fronteira²³, ou para a ameaça dos pescadores espanhóis aos interesses pesqueiros portugueses²⁴. Receios que poderiam ser expressos ainda nos dias de hoje por alguns sectores profissionais portugueses ou por um certo conservadorismo anti-europeísta que vive obcecadamente a “invasão” do mercado nacional pelos grupos financeiros e pela produção industrial e agrícola de origem espanhola. Este nacionalismo exclusivista, avesso ao outro próximo, chega a expressões que hoje nos parecem anedóticas. Em 1927, em nome da defesa dos caracteres portugueses e de combate às cobardias, um funcionário público da vila raiana de Vila Nova da Barquinha, patriota exaltado, denunciava que “até se lançam gentis mulheres estrangeiras para nos cativarem, torcerem o ânimo e levando-nos, pelos sentidos, quiçá, a abdicar do interesse pelas coisas da nossa casa (...)”

21. E. Ramos da Costa, *Op. cit.*, p. 153.

22. *Idem*, pp. 182-183.

23. “Um caso grave”, *O Mundo*, 23-05-1918.

24. “Reflexões de El Sol”, *O Dia*, 10-06-1918.

Deliciosas, deslumbrantes e formosíssimas mulheres (que sangue latino também têm), parece terem a missão, que vai até ao ponto de se desnacionalizarem pelo casamento, de nos ilaquearem pela persuasão dos encantos... Essas gentis Dalilas (conta-se) não têm perdido o tempo: daí o afrouxamento de certos arranjos nítida e inconfundivelmente portugueses... Começou a aura da simpatia, a falácia de alianças e a intromissão da ideia da vinda de capitais e de melhoramentos...»²⁵.

Este é um exemplo, algo caricato, da denúncia daquilo que era considerado a "absorção pacífica" de Portugal pelos espanhóis num momento de desfalecimento dos bríos patrióticos de alguns portugueses, ou seja, o inimigo estava adentro de portas: "a nação (...) bloqueada em todas as suas energias e, portas adentro a teia (...) lançada". Como resposta a esta preocupante situação o Autor da inflamada missiva propunha-se dinamizar uma campanha de combate pela independência nacional, no sentido de salvar os caracteres portugueses, ameaçados por cobardias e miragens falaciosas. Apresentava ainda uma proposta de delegação concelhia da Sociedade Histórica da Independência Nacional da Barquinha, composta por 5 nomes: além do próprio (como dissemos, funcionário público e publicista), constavam os de três oficiais do exército e um empresário.

Poder-se-ia ainda referir a indignação suscitada pela venda em Lisboa de um "Mapa de Espanha", da responsabilidade de um editor francês, que incluía Portugal e as Ilhas Adjacentes. O incidente motivou viva reacção por parte da Sociedade Histórica da Independência (com destaque para a delegação de Guimarães) e contactos com o governo, ao mais alto nível, no sentido de se proibir a venda do referido mapa, o que, aliás, seria conseguido.

Por esta época, já em plena Ditadura Militar (1926-32), multiplicam-se as missivas dirigidas ao presidente da Comissão 1.º de Dezembro (Sociedade Histórica da Independência Nacional, a partir de 1927), dando conta das diligências no sentido de se constituírem novas delegações concelhias, ou da própria composição dessas mesmas delegações já existentes em numerosas localidades do continente (Portimão, Silves, Serpa, Torres Novas, Tomar, Viana do Castelo, etc.) e colónias (S. Tomé, Benguela). Surto organizativo que não deverá ocultar as debilidades organizativas da Sociedade Histórica – sobretudo no que respeita à relação entre a sua direcção central, sediada em Lisboa, e as organizações locais – bem como a sua eficácia política como grupo de pressão.

25: Arquivo da SHIP, Carta de Júlio César de Sousa e Costa, datada de 24-VII-1927, dirigida ao Presidente da Comissão Central 1.º de Dezembro.

Pode perguntar-se por que razões a expressão de uma certa hispanofobia se concentrou nas comemorações do 1.º de Dezembro e, não, na evocação de outras datas (caso do 14 de Agosto de 1385, aniversário da batalha de Aljubarrota, ou do 24 de Junho de 1128, data da batalha de S. Mamede)? Na verdade, à data da grande vitória militar chefiada por Nuno Álvares Pereira nunca foi atribuída a dignidade de feriado nacional anual. Demasiado conotada com a figura do Condestável, e tendo em conta a apropriação da sua memória pelos sectores mais conservadores e tradicionalistas, bem como as reticências que alguns republicanos tinham em relação ao seu culto²⁶, compreende-se a subalternidade da rememoração deste evento. Como se percebe, por outras razões, o relativo esquecimento da batalha de S. Mamede não tinha o significado inequívoco de outras datas igualmente relevantes na independência do Estado português (1143 e 1179), tendo em conta o âmbito político e até geográfico. Relativamente à Restauração de 1640 estava longe de reunir o mesmo consenso. Esta última era a data simbólica por excelência do êxito da resistência portuguesa à hegemonia de Castela e que, como vimos, vinha sendo rememorada publicamente desde esse tempo. O sistema de ensino teve uma função destacada na projecção de uma mentalidade nacionalista e anti-iberista, em larga medida, com base na sua evocação. A constante mobilização de professores e alunos nos festejos revela isso mesmo. E não terá sido por acaso que o Estado Novo instituiu a data como dia da Mocidade Portuguesa.

Nas comemorações do 1. de Dezembro predominou um sentimento patriótico que viveu essencialmente da retórica historicista. Afirmaram-se de um modo pragmático, sobretudo em momentos em que convinha mobilizar o sentimento anti-iberista. Ao invés do que se passou noutras comemorações – caso dos centenários promovidos a partir de 1880 no âmbito de um concepção positivista de rememoração histórica –, no 1.º de Dezembro não se promoveram exposições nem congressos, as duas outras componentes essenciais do comemorativismo para além do cortejo cívico. O que se traduziu numa ainda mais acentuada valorização do sentimento em detrimento da dimensão reflexiva que os congressos e as exposições poderiam incentivar. É certo que na evocação da Restauração houve conferências e publicaram-se, com alguma regularidade anual, livros e periódicos evocativos daquela data simbólica. Mas não há dúvida que nela dominou a vertente ritualista e emocional, predominantemente retórica, como de resto, já haviam notado, em finais do séc. XIX, observadores tão lúcidos como Oliveira Martins ou Ramalho Ortigão. Neste

26. Luís Miguel Andrade, *Op. cit.*, pp.93-96.

âmbito, não surpreende que tenha dominado o mais redutor e simplista olhar sobre a Espanha e sobre os Espanhóis. Como afirmou um dia Eduardo Lourenço, “Nos termos em que se tem expressado, o antiespanholismo é a doença infantil do nosso nacionalismo”²⁷.

Entre a admiração e a repulsa, entre a intenção de aproximação política, cultural e até económica e o sentimento de ameaça à integridade nacional (quase sempre latente, pelo menos nos sectores em que dominou a hispanofobia), foram-se reproduzindo representações organicistas, unitárias e indiferenciadas da Espanha, como se de um todo uno se tratasse. Representações úteis para um discurso primário de propaganda nacionalista, mas totalmente destituídas de um sentido profundo de compreensão de uma identidade colectiva. Seja como for, a retórica da irmandade não terá deixado de contribuir para estreitar os laços entre políticos e intelectuais de ambos os lados de uma das mais antigas linhas de fronteira da Europa. E intelectuais como Oliveira Martins, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo, Juan de Valera ou Unamuno, deram uma outra espessura à sempre necessária reflexão sobre as complexas relações entre as diversas nações e estados peninsulares.

II

Representaciones de España en el discurso historiográfico portugués (1879-1935)

José Luiz Fernandez Lorenzo²⁸

El discurso historiográfico es una poderosa fuente de lugares comunes. La historia y en especial esos vehiculos de tópicos nacionalistas que son las historias generales, se convirtieron desde mediados del siglo XIX en instrumentos imprescindibles en la configuración de lo que se han dado llamar comunidades imaginadas (Anderson, 1993). Partiendo de esas premisas y de la elección de un marco temporal significativamente fértil en propuestas nacionalistas, proponemos en las siguientes páginas un análisis de las representaciones que la historiografía portuguesa la hecho de España.

27. Eduardo Lourenço, “A Espanha e nós”, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, s.d. (1988), p.82.

28. Universidade de Santiago de Compostela.

Historiador, político, novelista, la vida y la obra historiográfica de Oliveira Martins trascienden cualquier reduccionismo académico. Por su influencia en la configuración de una determinada autoconciencia histórica portuguesa, su obra en conjunto, y en especial su *História de Portugal* (1879), puede ser considerada como un lieu de mémoire en el mismo sentido que lo es Michelet para la representación nacional francesa. A partir de grandes síntesis históricas globales, escritas bajo un prisma artístico, Oliveira Martins trazó un mapa interpretativo de la historia portuguesa dentro del conjunto de la península ibérica. A partir de una verdadera teoría de la historia, el autor de la *História da civilização ibérica* (1879) basó la esencia profunda de la historia de Portugal en un criterio moral y no natural o étnico. La esencia de la nación portuguesa se basaba en la voluntad política de una colectividad que no dependía de rasgos comunes para lograr su existencia. Este fundamento voluntarista no impedía, en opinión del historiador, la pervivencia de un sustrato céltico que distinguía a portugueses de castellanos, diferencia que justificaría el talante trágico del castellano frente al esencial lirismo del carácter portugués. Por encima de las diferencias de los pueblos ibéricos y superando cualquier visión dualista Martins consideraba que tanto España como Portugal compartían un mismo espíritu, un fondo común y en consecuencia un mismo destino. En este sentido ante la crisis nacional provocada por el ultimatum británico consideraba prioritaria la alianza con España:

“A única aliança fecunda, natural e duradoira é a da Espanha. Concorreu a cimentá-la a afinidade de origem dos dois povos, a identidade de história e de costumes, a unidade do território e a penetração das relações recíprocas aumentando diariamente”.²⁹

Para Oliveira Martins la restauración de 1640 no había supuesto un cambio fundamental en la historia de Portugal pues desde 1580 España y Portugal eran tan solo los dos cadáveres de Europa, después de haber conocido ambos una edad dorada durante el siglo XVI, período en el que castellanos y portugueses vivieron en confraternidad. Después de 1640 Portugal dependía de las contingencias continentales, sometido a la necesidad de alianzas con Inglaterra y Holanda para sobrevivir.

La monarquía católica peninsular era incapaz de adaptarse al mundo que había creado con la expansión del siglo XVI. La primera consecuencia de los descubrimientos ultramarinos fue la formación de una sociedad comercial que colocaba en una posición ventajosa a la civilización anglosajona mas adaptable

29. *A Prouvincia*, 15 enero 1890.

a los valores utilitaristas y seculares. Al modelo protestante, representado por ese locus-clasicus de los valores liberales que era Inglaterra, Martins oponía los atributos heroicos e idealistas que definían al genio peninsular. El heroísmo peninsular era para Martins una forma de virtud entendida esta como uno de los valores del republicanismo antiguo (Thom, 1999). En su obra *História da república romana* se asociaba la virtud con el patriotismo y la austeridad representados en Roma frente a un orden de cosas en que la sociedad mercantil contribuía a la injusticia y la desigualdad social, siendo estos valores simbolizados en Cartago. Partiendo de estos referentes históricos era fácil establecer paralelismos entre la república romana y la civilización ibérica donde los valores patrióticos se anteponen a los individuales y la sobriedad al lujo. En este cuadro histórico del mundo antiguo Martins encontraba una enseñanza moral. De esta forma y dentro de esta semántica de los tiempos históricos, la República romana y ese largo período de la historia peninsular marcado por la desnacionalización deberían servir en opinión de Martins como un “espacio de experiencia” (Koselleck, 1993) que permitiría trazar un “horizonte de expectativas”. El autor de la *História de Portugal* consideraba en 1875 la posibilidad de una regeneración de las dos naciones ibéricas:

...estes últimos cinquenta anos turbulentos, sombrios e fracos da vida peninsular têm, sobre as épocas anteriores, a vantagem de serem uma auro-ra, quando aquelas são um pôr-do-sol.³⁰

En 1890 volvió a señalar la importancia de una inevitable alianza peninsular, frente a los temores se los sectores anti-iberistas que valoraban este pacto como el fin de la soberanía nacional defendía la alianza española como el único medio de evitar la absorción por España. En su visión orgánica de la historia consideraba esperanzado la alianza peninsular como la regeneración de las naciones ibéricas y el comienzo de una nueva edad de oro que coincidiría con el declinar de la “anglomanía”:

O estado de subordinação em que desde o século passado todas as nações europeias estão perante as ideias inglesas; a importação do liberalismo individualista, do empirismo em filosofia, do livre câmbio económico, não são, como alguns pretendem, conclusões definitivas da civilização³¹

Bajo este espíritu triunfalista escribió algunas de las páginas más optimistas: “la independencia de los caracteres individuales y la nobleza del carácter

30. Oliveira Martins, J. P., *Política e história*, Lisboa, 1875.

31. Oliveira Martins, *Política e história*, Lisboa: Ed. Guimarães. 1957. (p. 242).

colectivo dieron y volverán a dar a España cuando sus áureos tiempos vuelvan, ese aspecto monumental y soberano que la distingue en el mundo". Palabras que cierran su *Historia de la civilización ibérica* y que de alguna forma vuelven a resonar en la obra de uno de los más conocidos ensayistas contemporáneos cuando en su artículo "A Espanha e nós"³² profetiza la ascensión de España al primer plano de las naciones europeas.

En definitiva para Martins y a diferencia de los historiadores positivistas, defensores de teorías primordialistas y étnicas de la nacionalidad, el contra-modelo identitario no era España sino la civilización anglo-sajona.

Con la proclamación de la república en 1910 se imponía la divulgación de una nueva interpretación de la historia patria que legitimase el nuevo régimen. Los años inmediatamente anteriores a la primera guerra mundial conocieron un ambiente internacional de intensa exaltación nacionalista que se incrementará durante los años veinte, durante los inestables gobiernos republicanos. Ya desde el comienzo de la república se asiste a un doble posicionamiento de las propuestas nacionalistas que determinará los desarrollos posteriores y que de una manera general podemos resumir en una corriente racionalista y universalista. Dentro de la primera se incluían dos concepciones ideológicas diferentes; una de carácter republicano reunida entorno al movimiento cultural denominado *Renascença* y otra de carácter anti-parlamentar y tradicionalista vinculada al integralismo lusitano.

Las diferentes líneas ideológicas coincidían en la común valorización de la especificidad nacional y así volvían a utilizarse componentes raciales o argumentos historicistas diametralmente opuestos a la tesis voluntaristas de O. Martins. En este sentido el poeta y ensayista Teixeira de Pascoaes, uno de los miembros destacados de la *Renascença*, interpretó en clave esencialista la nación. Portugal tenía un alma nacional, un *volkegeist*, una esencia eterna que precedía a la existencia de los portugueses "una patria necesita afirmarse constantemente en su individualidad esculpida por los siglos". Como es sabido Pascoaes identificó esa individualidad en un sentimiento-idea eterno denominado *saudade*. Para el poeta do Marão la *saudade* era la personalidad eterna de la raza portuguesa, el elemento distintivo frente a los otros pueblos peninsulares, en especial al castellano, ya que Portugal era el resultado de un equilibrio entre las razas aria y semita. Estas teorías etnicistas poseían evidentes vínculos de contacto con las interpretaciones sobre el ser de España de Unamuno.

32. Lourenço, Eduardo, *Nós e a Europa, ou As duas raízes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

Ambos participaban del mismo clima ideológico que subvertía los principales valores de la modernidad. Como lectores de H. Taine consideraban el medio y la raza como factores determinantes del carácter de los pueblos. Pascoaes soñaba con un Portugal rural y eterno cuya esencia se encontraba en el paisaje del Marão e Tamega. Unamuno limitó el espíritu de España al alma de Castilla a partir del concepto de intrahistoria y de la búsqueda de iconos culturales representativos de la cultura nacional. La obra de los dos autores puede ser interpretada como una serie de caracteres que configuran una visión conjunta de los dos pueblos donde el alma de España dibujada por Unamuno encontraría su antagonismo en las características de la raza lusitana de Pascoaes. Portugal era de esta forma panteísta y pagano, España sería místico y ortodoxo, materialista y falto de imaginación frente al carácter nacional portugués que en palabras de Pascoaes sería espiritual e imaginativo por su componente ariana. En definitiva estas dos visiones etno-simbólicas se ajustan a uno de los modelos explicativos de las relaciones entre nacionalismos. Según este, los mitos nacionalistas necesitarían de un elemento oposición que los complementase; el inglés frente al francés, o este frente al alemán (Greenfeld, 1992).

Aunque más conocido como uno de los grandes historiadores de la expansión portuguesa Jaime Cortesão estuvo ligado desde sus orígenes a la asociación portuense de intelectuales conocida con el significativo nombre de Renascença. Por medio de sus órganos divulgativos, la revista *A Águia* y el boletín *Vida Portuguesa* del que había sido director, así como a través de su protagonismo en las actividades emprendidas por la Universidad Popular de Oporto, Cortesão emprendió una campaña de formación de una ciudadanía basada en la divulgación de la historia-patria. Para Cortesão la historia debía ser colocada en el centro de la acción educativa; en este sentido el historiador y educador se consideraba heredero de la tradición historiográfica a la que pertenecían Affonso Lopes Vieira, João de Barros o Garrett del que hacía suya la frase: "ninguna educación puede ser buena si no es eminentemente nacional". Si la educación moral y cívica debía formar el corazón y regenerar el alma nacional también debería en segundo lugar restablecer en la conciencia de los ciudadanos el lugar que la cultura portuguesa ocupaba en la civilización de la humanidad. En esta concepción de la disciplina histórica, condicionada por un fuerte protagonismo del discurso republicano en el que la dimensión cívica sería prioritaria frente a la académica, predominaba una visión de conjunto próxima a las interpretaciones históricas de Braudel. ¿Cuál fue la representación de España en esta historia con voluntad universalista? Cortesão utilizará argumentos basados en los factores geográfico-históricos para fundamentar la peculiaridad de la formación del país así como explicaciones historicistas que formulaban la existencia de un fondo étnico inalterado desde la protohistoria.

En su obra historiográfica, Portugal aparecía frente a España como un país vocacionado para el mar y el comercio, una especie de Holanda-ibérica que basaba en sus inherentes virtudes democráticas su peculiaridad. A partir de estos presupuestos las teorías voluntaristas martinianas eran incompatibles con una visión determinista de la nación basada en la exaltación de las características étnicas. Cortesão, por lo tanto, contesta la opinión de Oliveira Martins, quien negaba en sus últimas obras la existencia de una individualidad del genio portugués.

En su descripción de unas peculiaridades nacionales, Cortesão comparará a los españoles con los dominicos en su tendencia a la intolerancia, fanatismo y crueldad cuya expresión más característica fue la inquisición mientras que los portugueses se asemejarían a los franciscanos por su amor a la naturaleza y su plasticidad y comprensión humanista. Aunque Cortesão distingue en España los habitantes de la meseta graves y secos de los del resto de la nación más acordes con la adaptabilidad de los portugueses. El autor de *Os factores democráticos na formação de Portugal* confirmará la validez de esta caracterología a partir de ejemplos tomados de la historia de la expansión de los pueblos ibéricos y de los monumentos literarios. *Os Lusíadas*, *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto y *El Quijote* sintetizaban los tres momentos de la acción histórica de los pueblos peninsulares. La obra de Camões representaba la comunión del hombre con el universo y la de Fernão Mendes Pinto era la expresión de un humanismo extrovertido. Al lado de ellas en *El Quijote* se denunciaba el carácter individualista que conduce a un humanismo introvertido y místico. Cortesão sin embargo apunta vagamente a una reconciliación y síntesis de la dualidad luso-española cuando afirma en una de sus últimas obras la existencia de un genio peninsular cuyas dos caras serían *El Quijote* y *Os Lusíadas*.

Crítico literario, teórico de la historia, novelista, Fidelino de Figueiredo fue además reconocido como uno de los más originales interpretes de la historia y la cultura española. Vinculado estrechamente con algunos intelectuales españoles desde la fundación en 1911 de la *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos* y exiliado a finales de los años veinte en Madrid, Fidelino pasó a la historia del hispanismo sobre todo por ser el autor de dos obras de análisis de la cultura hispánica: *As duas Espanhas* de 1932 y *Pirene* de 1935. La primera es un ensayo de filosofía de la historia de España y la segunda un ensayo de filosofía de su literatura. Si por un lado y a través de estas obras Fidelino es un representante de esa amplia literatura sobre el problema de España, que analiza ese tópico del ensayismo español, también es un continuador del hispanismo portugués iniciado con Oliveira Martins.

En *As duas Espantas* expone a partir de los conceptos metodológicos de infla-historia y del binomio paralelismo-asincronía una interpretación de la crisis portuguesa y del origen de lo que él consideraba una España dividida. Para Fidelino *As duas Espantas* se traducen en dos interpretaciones de la historia de España, o dicho de otra forma en dos filosofías de la historia española. Esta visión fideliana de la historia de España estriba en el concepto de infla-historia, es decir son las ideas y las representaciones ideológicas las que determinan el desarrollo de la historia factual. El objeto principal no es la historia de España en sí misma sino la evolución de sus representaciones mentales polarizadas en dos facciones.

Para Fidelino únicamente durante el reinado de Felipe II España fue solo una, unidad que es producto de una voluntad política y filosófica. Su reinado marca un punto de inflexión; antes de Felipe II existen las Españas y después de Felipe II una España dual. Fidelino para denominar las acciones que dibujaron estas dos Españas utiliza los términos filipización y desfilipización. Desfilipista sería aquella España que reacciona a la filipización a través de una aproximación a Europa y aprovecha como argumento el rechazo a la reacción extranjera y nacional que formó la leyenda negra. En resumen, para Fidelino el reinado de Felipe II constituye el auge de la centralización castellana, del absolutismo de legitimación divina del aristocratismo agrario y del imperialismo. Por otro lado la división de la conciencia del pueblo español tiene un origen externo. Europa se aleja de España en el siglo XVII e construye un foso separador entorno a la leyenda negra. A través del estudio de las manifestaciones artísticas Fidelino, al igual que los intelectuales españoles del noventa y ocho, buscará los manifestaciones de esta doble España, y concluye que de la misma forma que existe una literatura al servicio del absolutismo existe una literatura que sirve a la desfilipización.

El Quijote como un mito de síntesis de las dos Españas sería el emblema de una esperanza utópica en el futuro. La obra de Cervantes encarnaría un nuevo idealismo para España, interpretación que tiene claras resonancias en el ideario de Unamuno, para quien el futuro de España pasa por la aventura de a quijotización de España. Fidelino en definitiva propone una interpretación general de la historia nacional que aunase la visión europeísta de Ortega con la españolista de Unamuno, visión profética sin duda pero tal vez no del todo olvidada, baste como ejemplo las palabras de un ensayista portugués E. Lourenço que al calor de las conmemoraciones del 92 escribió: “As famosas duas Espantas de Machado diluir-se-ão numa só, capaz de conviver pacificamente com as suas diferentes e com essa Europa para quem sempre olhou com uma mistura extraña de desdén e fascínio”.

As duas Espanhas será también un ensayo sobre las dificultades del reracionamiento Luso-Hispano. A través del binómio paralelismo-asincronía Fidelino interpreta el fracaso de las tentativas de aproximación entre los dos países. Un fracaso proporcional a los esfuerzos positivos de hermanar los dos estados. El paralelismo estará constituido por las causas primordiales. En este sentido Fidelino considera una serie de analogías históricas, una semejante situación de destierro o de periferia, la construcción de las dos nacionalidades a partir de los imperios visigótico y árabe y la formación tanto de Portugal como de Castilla a partir de la rebelión contra el reino de León, así como la común inexistencia de una fase feudal en la Edad Media o el común alejamiento de la Europa moderna a partir de los siglos XVII y XVIII. El siglo XX quiebra este paralelismo: al tiempo que España se mantiene neutral durante la primera guerra mundial, Portugal se vuelve republicano y participa en el conflicto mundial. Serán por tanto estas asincronías las que para Fidelino conviertan en imposible el reracionamiento peninsular.

Conclusiones

Las representaciones de España en las grandes síntesis históricas portuguesas de finales del siglo XIX y primer tercio del siglo XX están vinculadas a la propia auto-conciencia histórica nacional. En este sentido y considerando la nación como un artefacto cultural, la idea de España formaría parte sustancial y complementaria de los relatos que en el caso portugués componen la *comunidade imaginada*. España constituiría en definitiva un *mito-motivo* vinculado a ese contexto más amplio de los mitos nacionalistas tanto si estos resaltan los aspectos más etnicistas (Pascoaes) o los más políticos (Martins).

III

Nós e os outros. Imagens de Espanha em livros escolares da Primeira República

Maria João Mogarro³³

Na sequência de outras intervenções que se debruçaram sobre a forma como a Espanha era vista pelos portugueses, este estudo apresenta as imagens sobre Espanha que estão presentes nos livros escolares dos ensinos primário e

33. Escola Superior de Educação de Portalegre – Portugal.

liceal (e mais pontualmente nos manuais dos ensinos normal e técnico que, aliás, são, em muitos casos, os mesmos do ensino liceal), publicados durante a primeira república portuguesa (1910-1926). Deste modo, foram analisados livros escolares dos referidos níveis de ensino, principalmente os de história e de geografia; de forma mais pontual, também se deu atenção a manuais de leitura. Foram assim analisadas 43 obras, relativas ao ensino primário (19) e aos restantes níveis de ensino (24).

O facto de um número significativo destes manuais terem sido publicados pela primeira vez antes do período considerado, mas com várias reedições (algumas também durante a primeira república), ou terem continuado a publicar-se para além do fim do regime republicano, indica a persistência de um discurso pedagógico, cujos segmentos vêm do período política e cronologicamente anterior e se prolongam pela primeira república. Outros manuais, editados pela primeira vez no intervalo republicano (apenas de dezasseis anos), conhecerão reedições posteriores a 1926. Finalmente, temos de considerar ainda as obras que perderam antes, durante e depois do regime republicano.

A preocupação de enquadrar os manuais escolares na política educativa do regime republicano e no pensamento pedagógico da época, conduziu à análise dos textos legais de conteúdo educativo em vigor durante a primeira república, relativos ao ensino primário (6 textos legais), ao ensino normal (21 textos legais) e ao ensino liceal (15 textos) e publicados no *Diário do Governo*. No conjunto desta legislação, foi dada atenção particular aos programas do ensino, que prescreviam os conteúdos e metodologias a seguir nos próprios manuais e nas práticas de ensino.

No conjunto das fontes analisadas, um traço comum é a escassez de dados sobre Espanha. Por seu lado, as abordagens que são feitas das suas realidades, acontecimentos e personagens têm um carácter repetitivo e marcadamente factual. Por isso, privilegiaram-se os livros escolares que se destacavam do conjunto pela maior riqueza de conteúdo e pelo desenvolvimento dos temas que mais directamente interessavam a este estudo.

3.1

Espanha e Portugal no espaço peninsular ibérico

A Espanha surge-nos como uma parte integrante do espaço geográfico ibérico. Do ponto de vista da geografia física fala-se, nos manuais, de um espaço comum, representado como o todo ibérico. Mas na análise da realidade humana e política, Portugal surge claramente identificado pelas suas fronteiras, face ao restante espaço ocupado pela Espanha.

Relativamente ao espaço físico, no contexto do estudo geral dos continentes e particularmente da Europa, a continuidade geográfica entre Portugal e Espanha surge formulada claramente na descrição da Península Ibérica. De forma mais elementar nos manuais do ensino primário, com maior profundidade nos do ensino secundário, são descritos os mares e oceanos que banham as várias costas, os seus golfos, estreitos, cabos, istmos, ilhas, os rios (nomeadamente, os que têm o seu curso nos dois países) e os lagos, as montanhas, o clima e o solo, a vegetação, assim como as produções animal, vegetal e mineral, a agricultura, a indústria e o comércio, os meios de comunicação (e a posição que a Espanha, assim como Portugal, ocupam quanto à extensão de estradas, vias férreas, rede telegráfica, cabos submarinos) e ainda questões relativas a raças, etnias, línguas e religiões, nestes casos em geral (Almeida, 1913; *Corografia*, 1922 b; Lucci, 1920; Sá, 1921, 1925, 1927). A continuidade física e geográfica é exemplificada no curso do maior rio peninsular, enquanto as vias férreas construídas até então reforçam essa relação:

O Tejo nasce na serra de Albarracim, em Espanha, banha Toledo e vem desaguar na costa de Portugal, a W. de Lisboa, depois de percorrer 820 quilómetros...

Os caminhos de ferro espanhóis ligam-se aos caminhos de ferro de Portugal ... pelas nossas linhas do Minho, do Douro, da Beira Alta, de Leste e ramal de Cáceres. (Almeida, 1913, 134)

As referências existentes ao país vizinho são muito simples e sucintas nos manuais do ensino primário. Integradas nos conhecimentos das principais nações, suas instituições e capitais, as informações sobre Espanha surgem, tal como acontece relativamente a Portugal, no conjunto dos estados secundários da Europa: “Espanha, capital Madrid, monarquia constitucional”.

Uma destas obras desenvolve um pouco mais a apresentação de Espanha, escolhendo como imagem representativa o Palácio do Congresso (Madrid) e referindo, além da situação geográfica, a sua superfície (504.698 Km²), população (20.000.000 de habitantes), densidade média populacional (40 hab./Km², quando Portugal tinha 64), assim como o tipo de governo (monarquia constitucional hereditária), a capital madrilena (com 655.000 habitantes) e ainda aspectos económicos e coloniais, com uma referência à especificidade de Gibraltar (Artur e Louro, 1922, 122-123).

Espanha Constitui com Portugal a península Hispânica, e é separada da França, ao N., pelos Pirenéus. Perto da sua costa oriental fica o arquipélago das Baleares (Maiórca, Eviça, Fermentera e Cabrera) que também lhe pertencem. Confina a O. com Portugal; as suas costas são banhadas ao N. pelo gólfio de Gasconha, pelo Atlântico a O., e pelo Mediterrâneo ao S. e a E. ...

Comércio e Indústria: Tem progredido imenso a indústria do ferro, sendo Bilbao um dos seus principais centros; o seu comércio de exportação consiste em cereais, vinhos, azeite, couros, chumbo e mercúrio; importa tecidos e objectos manufacturados.

Colónias: Na África: O protectorado do Riff em Marrocos, em frente de Gibraltar, as ilhas Canárias, Fernando Pó e Ano Bom e a Guiné Espanhola ou Território do Rio Muni. (ibidem).

Relativamente às antigas colónias, refere-se ainda que quase toda a América do Sul é “de origem espanhola e [estes países] falam o espanhol” (idem, 174), sublinhando-se que todos eles eram republicanos; curiosamente, identifica neste continente as excepções quanto às origens espanholas.

No ensino secundário (liceal), os aspectos descritivos da geografia humana e política, relativos a Espanha, surgem mais desenvolvidos, com dados sobre a população, a língua, a religião, a organização política e administrativa, as cidades mais importantes e os monumentos mais notáveis. Fortunato de Almeida reconhece diferenciações nas línguas faladas no interior do território espanhol, mas considera que são dialectos da língua espanhola, não lhes conferindo especificidade própria.

A língua falada é a castelhana ou espanhola, com diversos dialectos. Cerca de quatro milhões de habitantes, na Catalunha, Baleares e antigo reino de Valença, falam o catalão. Nas províncias Vascongadas e em parte da alta Navarra conserva-se o éuscaro. O dialecto aragonês também é acentuadamente distinto do castelhano. (Almeida, 1913, 137)

Este autor apresenta ainda um conjunto de cidades importantes, referindo 26 com mais de vinte mil habitantes, em que destaca, além de Madrid, Barcelona não só pela sua população (que quase iguala a capital), mas como grande centro industrial, comercial e portuário.

3.2

A dicotomia Portugal/Espanha ou a ausência do conceito de diversidade

Hoje assumimos claramente a diversidade de povos e culturas que coabitam no espaço peninsular ibérico. No entanto, este conceito de diversidade que faz parte das nossas referências actuais não se encontra presente nos discursos pedagógicos que, a vários níveis, foram produzidos pelos actores educativos do período republicano. Se um número restrito de pedagogos e homens de cultura mantinham contactos e correspondência regular com personalidades espanholas que partilhavam os mesmos interesses e pontos de vista, tendo consciên-

cia de que a Espanha era um estado com várias nações, esta perspectiva está ausente do discurso pedagógico dominante.

Para além dos manuais de geografia, os livros escolares de história evidenciam de forma particular essa dificuldade em encarar a Espanha como um espaço marcado pela diversidade. O reconhecimento de um universo que não é homogéneo, mas sim multifacetado, surge relativamente a um período anterior, que se pode considerar comum a toda a Península, partilhado por comunidades que só mais tarde seguirão caminhos diversos, com a formação dos vários reinos cristão no contexto da reconquista cristã.

Em Portugal, durante o período republicano, a concepção de uma Espanha que se apresenta como uma realidade homogénea, decorre de dois factores principais: as finalidades que os republicanos conferiram ao ensino da história e o carácter tradicional e positivista que marcou predominantemente a prática deste ensino, principalmente de conteúdo político-militar.

Para os republicanos, o ensino da história tinha uma função eminentemente patriótica na formação da consciência dos cidadãos. Este forte peso do patriotismo está expresso, de forma significativa, no relatório que redigiu, em 1913, a comissão que fez a análise dos manuais escolares:

A República foi implantada, não para combater o passado, mas sim para continuar as suas mais nobres tradições... O ensino da história tem de dar a visão dos acontecimentos que mais importam à evolução social portuguesa..., de modo que forme espontaneamente a concepção de uma vida colectiva autónoma, acordando o forte e profundo sentimento nacional e a combatividade heróica da raça e conduzindo todas as classes a um ideal solidário e harmónico da grandeza pátria... Existe uma pátria portuguesa e o ensino da história, feito amanhã por verdadeiros educadores, criará nos portugueses imperativos e deveres patrióticos, dando-lhes a consciência dos destinos nacionais (Diário do Governo, n.º 235, de 8 de Outubro de 1913).

As inovações pedagógicas que este texto apontava, no futuro, para o ensino da história não viriam a ter uma expressão significativa, já que se continuou a praticar predominantemente um ensino de cariz tradicional. Mas, para além das intenções generosas, este excerto evidencia o papel central da ideia de pátria e a concepção de patriotismo como um elemento estruturante da unidade nacional, da independência do Estado português e da coesão social em torno da glorificação da “grandeza pátria”. Conscientes da necessidade de afirmação do regime republicano, liberal e democrático, os responsáveis pela educação apostaram na formação de cidadãos cultos, conscientes e educados nos novos valores políticos e sociais (Pintassilgo e Costa, 2000; Pintassilgo, 1998),

de forma a rejeitarem a velha monarquia e a influência da igreja católica, que responsabilizavam por séculos de obscurantismo e pela manipulação opressiva das consciências dos portugueses.

O movimento republicano evoluía para a defesa de um patriotismo crescente, que se exacerbava com o ultimato inglês de 1890, relativo às possessões portuguesas em África. Na nova ordem republicana, posterior a 1910, a substituição do ideário e da liturgia católicas por referências e formas que dessem corpo a uma verdadeira religiosidade cívica republicana e permitissem a concepção da sociedade portuguesa como uma comunidade imaginada, colocaram no centro de todas as manifestações cívicas o culto da pátria, a par do culto dos símbolos nacionais que a representavam, a nova bandeira e o novo hino, assim como do culto dos grandes homens que se haviam destacado ao longo da história de Portugal. Nas festividades cívicas que se desenvolviam pelo país, como era o caso da festa da árvore (onde participavam, invariavelmente, as crianças das escolas primárias), a evocação da pátria ocupava um lugar de grande centralidade em todas as manifestações.

A pátria era, de forma lógica, apresentada como a entidade superior que acolhia no seu seio todos os seus filhos, alimentando-os e garantindo o seu bem-estar. Resultado de um percurso histórico, cabia à geração de republicanos interpretar os acontecimentos que tinham dotado o país de grandeza e assumir os deveres patrióticos que lhe estavam cometidos para dar continuidade a esse destino glorioso.

Os republicanos assumiam-se como os herdeiros das “mais nobres tradições” do passado histórico português, investidos da responsabilidade de dar continuidade à grandeza da pátria e formar toda a população na consciência dos seus direitos e deveres, como cidadãos e principalmente como portugueses.

O papel reservado pelos republicanos ao ensino da história marcou o conteúdo dos manuais – apresenta-se fundamentalmente uma história pátria, que privilegia os momentos de afirmação da independência do país e das suas grandes realizações. Como consequência, as restantes nações, povos e culturas peninsulares são encarados como um todo homogéneo, genericamente designado por Espanha (ou, para períodos cronologicamente anteriores, conferindo a Castela ou Leão esse lugar central), já que era em torno dos interesses desse estado que se movimentavam os outros actores históricos, como, por exemplo, alguns nobres galegos referenciados em períodos e situações específicos da história de Portugal.

Nos manuais, que dão corpo a orientações educativas dos responsáveis políticos, surge uma dicotomia clara entre Portugal e Espanha, em que a afirma-

ção de Portugal como unidade política e cultural independente se construiu em conflito com o resto do espaço peninsular, identificado com Espanha ou com outras realidades que antecederam o Estado espanhol, mas se filiam directamente nas genealogias do seu aparecimento e consolidação. Recorrentemente apresentada como o inimigo e a ameaça à independência nacional, a Espanha surge como um bloco homogéneo, sem diferenciações no seu interior e carregada de força negativa.

Esta história ensinada é uma história tradicionalista e positivista, dominada pelos factos de natureza política e militar. Esta dimensão da história reforça a forma como as relações entre Portugal e Espanha são apresentadas, porque a independência portuguesa construiu-se por vontade de uma casa nobre se tornar independente do seu suserano leonês e fugir à influência (e partilha de benesses) da nobreza galega – o facto de ter o apoio (e mesmo a inspiração) da nobreza local e regional de Entre-Douro e Minho não minimiza o carácter individual desse acto de vontade do primeiro rei português. Por seu lado, a história de Portugal é um percurso regularmente pontuado de conflitos entre as casas nobres reinantes de Portugal e Espanha, por vezes entrelaçadas com a vontade de afirmação de independência e autonomia de outros grupos sociais portugueses. Hoje já falamos de identidade nacional como suporte para esse desejo de independência, como aliás os republicanos já sublinhavam, referindo o “sentimento nacional”.

Será curioso pensar hoje como se desenvolveram as formas de relacionamento entre as populações que habitavam as regiões de um e outro lado da linha da fronteira portuguesa. Na memória popular das comunidades que habitam esses espaços transfronteiriços permanecem vivas as recordações de contactos entre portugueses e espanhóis, de manifestações culturais comuns, de casamentos entre as pessoas de ambas as nacionalidades e mesmo de práticas económicas seculares de contrabando entre os dois países, que demonstram as raízes de um relacionamento no terreno, entre as populações de cá e lá da fronteira, ignoradas pelos discursos oficiais.

O silêncio que existe nestes manuais sobre a evolução, em vários níveis, das sociedades portuguesa e espanhola, assim como sobre outras redes de influência que se faziam sentir, por diversos actores históricos, quer num, quer no outro destes espaços, facilitou que a narrativa histórica se centrasse nas chamadas grandes personagens, privilegiando os reis, rainhas e seus validos, assim como os tratados e as grandes batalhas, em suma, os conflitos (e acordos) mais visíveis entre os dois países, ao gosto bem positivista e factual. Este silêncio (que é também ainda uma incapacidade de análise para a ciência histórica, na época) explica a ausência do conceito de diversidade relativamente ao espaço

espanhol a às diferentes comunidades nacionais, linguísticas e culturais que o habitavam (e habitam). A incapacidade, para a época, de apreender e transmitir a complexidade e riqueza profunda das comunidades que habitavam o espaço ibérico marcou a perspectiva dicotómica em que se apresentavam as relações entre Portugal e Espanha, perspectiva essa reforçada pelo forte patriotismo que dominava o ensino da história no regime republicano português.

3.3

Momentos e acontecimentos históricos comuns: sob o signo da afirmação da identidade nacional

A formação dos reinos cristãos, no contexto da Reconquista Cristã, constitui o pano de fundo para o aparecimento de Portugal como estado independente, em 1143, com a conferência de Zamora. A partir de então, a evolução da história peninsular será marcada, na perspectiva de Portugal, por dois caminhos completamente diferentes: o da sua própria história e o da história do resto da península, identificada primeiro com Castela e depois com Espanha.

Se antes da constituição dos reinos cristãos há um passado que é comum (Mascarenhas, 1910, 3-5; Artur e Louro, 1924, 7-20), mesmo quando se procuram elementos que já prefigurariam o desejo de independência como projecto quase omnipresente na história (os lusitanos, como antepassados directos dos portugueses), a partir da formação de Portugal como reino cristão, a sua história apresenta-se, relativamente a Castela ou Espanha, como momentos de afirmação da identidade nacional.

Admite-se hoje que os primeiros habitantes da Iberia foram os iberos, depois os celtas vindos do Norte, depois os povos navegadores do Mediterrâneo como os fenícios, os cartaginezes, os gregos que vinham pelo mar em busca das grandes minas, das grandes riquezas da Iberia e comerciam com os seus habitantes e fundavam colónias, depois os romanos ... cobriram a península de monumentos, abriram estradas, construíram aquedutos, fizeram termas magníficas ... a civilização romana com todo o seu brilho e todas as suas vantagens ... vencedores e vencidos formaram um só povo ... Quando o império romano começou a dissolver-se, a Iberia foi invadida pelos visigodos ... que fizeram um império cristão muito florescente ... No princípio do século VIII os mouros ... conquistaram quase todo esse império ... seguiam uma religião diferente do cristianismo, o maometismo ... uma religião terrível ... uma religião de crueldade e de guerra (Franco e Magno, 1913, 12-13, 15, 16, 17)

O primeiro momento dessa afirmação da identidade nacional corresponde à formação de Portugal no contexto da Reconquista Cristã. O reino das Astúrias, formado em torno da figura de Pelágio (Franco e Magno, 1913, 18-19; *História Pátria*, 1923, 5), prefigurou a formação dos vários reinos cristãos da Península Ibérica, no longo processo de reconquista face ao domínio muçulmano. Evoluindo posteriormente para o reino de Leão, será um rei leonês, D. Afonso VI, que doará o Condado Portucalense a um cruzado, “o conde D. Henrique de Borgonha, descendente dos reis de França... Para o recompen-sar pelos serviços prestados” (Franco e Magno, 1913, 19) na luta contra os muçulmanos, casando-o também com sua filha bastarda D. Teresa. Será o filho deste casamento, D. Afonso Henriques, que conseguirá tornar-se independente do rei de Leão, então o seu primo D. Afonso VII, na conferência de Zamora, em 1143, concretizando assim a aspiração de seus pais e dando origem a Portugal, a partir do Condado Portucalense. O território original expandir-se-á na luta contra os muçulmanos, num longo processo de reconquistas para sul.

O segundo momento em que a independência nacional esteve em causa foi no período de 1383/85, muitas vezes designado por interregno, crise ou revolução. A morte do rei D. Fernando deixou o país sem um sucessor varão e a única filha do rei estava casada com D. João I de Castela. A rainha D. Leonor Teles, odiada pelo povo, assume a regência e faz aclamar como reis a filha e o marido. A população, com elementos da burguesia e alguns nobres a liderar, revolta-se, aclama D. João, Mestre de Avis, defensor e regedor do reino, mais tarde proclama-o rei de Portugal e os exércitos castelhanos são derrotados no cerco de Lisboa (pela peste) e depois em várias batalhas, de que se destacam as de Atoleiros e Aljubarrota.

Os acontecimentos deste período são encarados pelos historiadores como o momento de afirmação de uma identidade nacional já consolidada. Mas uma identidade que se baseou na vontade do povo, a favor de D. João I de Portugal, visto como um partido eminentemente nacional, contra os estrangeiros, vindos Castela ou seus apoiantes, que punham em causa a independência do país e contavam com a colaboração da maior parte da nobreza.

A influencia do povo foi muito grande nessa época. A nobreza tinha quasi toda tomado o partido de Castela; a aclamação de D. João I foi quasi exclusivamente obra do povo. As cortes reuniram-se muitas vezes e nas de Coimbra, de 1385, os procuradores do povo apresentaram muitos conselhos e indicações ao rei que as seguiu (Franco e Magno, 1913, 69)

Iniciando uma nova dinastia, D. João I está na origem de uma geração que marcará o período áureo da história portuguesa, com o início dos descobrimentos e da expansão marítima. O Tratado de Tordesilhas (1494), definindo

as esferas de influência de Portugal e de Castela na área do oceano Atlântico, é o mais conhecido dos tratados negociados entre os dois países para solucionar divergências relativas ao domínio dos mares e das terras descobertas, assim como do comércio, pelas duas maiores potências marítimas e coloniais dos séculos XV-XVI – Espanha e Portugal (Artur e Louro, 1924, 111).

A morte do último rei desta dinastia, em 1580, deixa o trono de Portugal sem sucessor directo e será Filipe II de Espanha que fará valer as suas pretensões, sendo aclamado rei de Portugal, nas Cortes de Tomar, como Filipe I, depois de derrotar os seus opositores no campo de batalha. “A derrota de Alcântara acabou a obra que o ouro havia principiado” (Artur e Louro, 1924, 132), é uma afirmação que expressa a ideia de que a nobreza vinha sendo comprada pelo ouro espanhol. A terceira dinastia será a filipina, seguindo-se no trono português Filipe III e Filipe IV de Espanha (em Portugal, designados respectivamente por Filipe II e Filipe III), durante um período de sessenta anos. Os manuais escolares dão uma perspectiva muito negativa da união com Espanha.

Os portugueses começaram então a sentir ... o que é a perda da independência, o que é a escravidão... Filipe I ... entrou aqui ao princípio ... jurando tudo o que os portugueses quiseram, prometendo respeitar as nossas liberdades, etc. Mas o pior foi depois. Deixou os ingleses e os holandeses caírem sobre as nossas colónias sem se preocupar com isso, e obrigou os nossos navios de guerra a juntarem-se aos de Espanha para fazerem uma grande esquadra, chamada «invencível armada», com que quis combater a Inglaterra. Os temporais deram cabo desses navios e nós ficamos sem eles ... as fomes, as vexações do povo, os impostos pesadíssimos e as violências de toda a ordem continuaram. (Franco e Magno, 1913, 107-109)

A 1 de Dezembro de 1640 uma conspiração sai vitoriosa, proclamando a independência de Portugal e aclamando como rei D. João IV, Duque de Bragança. As guerras da Restauração, contra Espanha, prolongar-se-ão por vários anos e, em seguida, será Portugal a envolver-se militarmente na guerra da Sucessão em Espanha.

As consequências da Revolução Francesa de 1789 levarão à união de esforços dos exércitos português e espanhol na campanha do Rossillon (1793). Mas a Espanha aliar-se-á depois a França e “Portugal, invadido e vencido, assinou uma paz vergonhosa e perdeu Olivença” (Franco e Magno, 1913, 134). No final da guerra peninsular, o exército anglo-português, que derrotara três invasões francesas, uniu esforços com os espanhóis para perseguirem os franceses, até solo gaulês (Séguier, 1921, 117-120).

Celebra-se o tratado de paz que é assinado em Paris. Por este tratado dever-nos-ia ser restituída a praça de Olivença; mas tal cláusula

não foi cumprida, não obstante os grandes sacrifícios dos portugueses em auxílio da Espanha. (Moura e Queirós, 1912, 99)

Os manuais de história geral, destinados ao ensino secundário, apresentam vários acontecimentos importantes da história de Espanha (Almeida, 1918; Filho, 1926; Soares, 1922):

- Unificação de Espanha no reinado dos reis católicos, Fernando e Isabel (união de Castela e Aragão; conquista de Granada; anexação de Navarra)
- Navegações espanholas e o império colonial na América. Viagens de Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães.
- Império de Carlos V (séc. XVI)
- Emancipação e independência das colónias espanholas da América do Sul
- As revoluções liberais
- A guerra hispano-americana (o desastre de 98)

O predomínio dos factos de natureza política e militar no ensino e a afirmação da independência portuguesa ficaram bem evidenciados num curioso mapa do “Portugal Physico, político e histórico (em grande formato)” (Diniz, 1912), no qual se indica a localização das principais batalhas históricas ocorridas em território nacional, entre vários exércitos, utilizando, como símbolos das forças em confronto, bandeiras com as respectivas cores e iconografia. De entre as batalhas registadas, destacam-se, pelo seu número, as que opuseram os exércitos portugueses e espanhóis.

Os dez conflitos que são apresentados neste mapa, envolvendo os nossos dois países, são de batalhas que os portugueses venceram e respeitam à luta pela independência, no contexto da formação de Portugal (1), na sequência do interregno/crise de 1383/85 (3) e durante a guerra da Restauração (6), após o domínio espanhol da dinastia filipina sobre a nação portuguesa e a participação na guerra da Sucessão, em Espanha. Saliente-se que apenas uma batalha, a de Fuentes de Oñoro, destaca a colaboração entre os exércitos português e espanhol (no caso, em conjunto com os ingleses) no âmbito da guerra Peninsular e na dura luta em que ambos se opuseram às forças bélicas de Napoleão Bonaparte.

3.4

A Espanha em Portugal através de personagens históricas

Como nos referimos, anteriormente, ao culto dos grandes homens por parte do regime republicano, importa sublinhar a função paradigmática que

foi atribuída a uma galeria de heróis da história de Portugal que encarnavam as virtudes e qualidades que se desejavam inculcar na população. A sua função era constituírem exemplos das figuras da humanidade, dos actos de coragem e dos sacrifícios que podiam realizar na defesa da pátria e dos ideais republicanos. Também se mobilizava a memória dos grandes homens como exemplo dos principais valores culturais e humanistas que deviam constituir uma referência para a acção e para o comportamento das populações, principalmente para as jovens gerações.

Exércitos envolvidos	N.º de Batalhas
Entre portugueses	5
Entre portugueses/mouros	2
Entre portugueses/espanhóis	10
Entre anglo-portugueses/franceses	4
Entre anglo-portugueses e espanhóis/franceses	1

No entanto, as personagens que se apresentam com ligações a Espanha (Leão ou Castela, para momentos anteriores) não seguem esse figurino traçado para os heróis. Com variantes significativas, as suas posições são marcadas principalmente pelos papéis de maior oposição ou colaboração que tiveram com os portugueses e pela intensidade e natureza da sua relação com os interesses espanhóis. Vejamos os exemplos mais significativos.

D. Afonso VI, ao casar a sua filha *D. Teresa* com o nobre francês *D. Henrique*, que o ajudara na guerra contra os mouros, outorgando-lhes o Condado Portucalense, está na origem da linhagem nobre que fundará Portugal.

A própria *D. Teresa* assumiu a regência do Condado após a morte de seu marido e por menoridade do filho *Afonso Henriques*. Tal como o marido, aspirava aumentar o seu poder e tornar-se independente.

Foi brilhantíssima a regência de *D. Teresa*. Formosa, elegante, espirituosa e adorável, sabendo inspirar as maiores dedicações, ela foi o ídolo dos nobres que a adoravam em segredo e o encanto dos homens do povo que dariam sem hesitar a vida por ela ... o seu prestígio, a sua formosura, a sua graça, conquistavam todos os que se aproximavam para o seu grande pensamento, o seu grande sonho – a independência do condado de Portugal ... soube convencer os seus fidalgos de que Portugal era perfeitamente distinto da Galiza e devia ser independente (Franco e Magno, 1913, 23)

D. Teresa invadiu a Galiza e conquistou várias terras, mas ter-se-á apaixonado pelo conde galego *Fernão Peres de Trava* e esse relacionamento foi enca-

rado como uma barreira ao projecto de independência, assim como uma hipoteca dos interesses do Condado Portucalense e da sua nobreza em benefício dos nobres galegos (Artur e Louro, 1924, 26-30; Séguier, 1921, 14-19). Descontente com o romance de D. Teresa com o conde galego, o seu filho exigiu que a mãe lhe entregasse o governo do condado e, não tendo esta acedido, derrotou-a na batalha de S. Mamede.

D. Afonso Henriques assumiu o governo do condado Portucalense, orientando a sua acção em duas vertentes: alargamento do território, conquistando terras aos muçulmanos; conquista da independência, seguindo a mesma aspiração de seus pais, o que implicava conflitos com o rei de Leão, seu primo *D. Afonso VII*. Cercado por este em Guimarães, derrotá-lo-ia mais tarde em duas batalhas travadas em território galego, Cerneja e Arcos de Valdevez. Em 1143, na conferência de Zamora, Afonso VII reconhece Afonso Henriques como rei independente.

Na primeira dinastia (e também nas seguintes), várias rainhas de Portugal eram originárias de casas nobres da Península. De entre elas, destaca-se claramente a figura de *D. Isabel* de Aragão, mulher de D. Dinis, conhecida como Rainha Santa. Celebrizou-se pelas suas intervenções nas desavenças entre D. Dinis e o irmão e depois entre o mesmo rei e o filho herdeiro, apaziguando os conflitos. Adorada pelo povo, andava entre as pessoas “dando esmolas, consolando os desgraçados, afagando as criancinhas”. Foi canonizada (Mascarenhas, 1910, 21; Séguier, 1921, 39-40). A memória popular atribuiu-lhe vários milagres, como o milagre das rosas, em que, interpelada pelo rei sobre o que fazia naquele lugar, tão sozinha, e que levava no regaço, ela lhe respondeu que eram flores – quando mostrou o que transportava, o pão, oiro e cobre que levava para as esmolas tinham-se esfumado e do regaço de D. Isabel caíram rosas.

Estavam o exército do pai e o do filho ... quasi a dar batalha ... quando aquela santa rainha D. Isabel ... aparece de repente, e com lágrimas e aquelas meigas expressões que só as mães conhecem, demove o filho a não prosseguir tão odiosa guerra (César, 1911, 20-21)

A Rainha Santa ... é uma das mais poéticas figuras da nossa história. Extremamente simpática e carinhosa, ela atravessou o reinado de D. Dinis como um anjo de paz e de amor (Franco e Magno, 1913, 47-48)

A rainha Santa Isabel, anjo da paz e caridade, ainda hoje tão venerada em Portugal (Artur e Louro, 1924, 67).

No reinado seguinte, outra figura feminina teve um papel central: filha de um importante nobre galego, *D. Inês de Castro* acompanhou a noiva do príncipe herdeiro, D. Pedro, a Portugal. A sua “gentileza, o encanto das suas maneiras, a sua formosura fizeram grande impressão em D. Pedro” (Franco e Magno,

1913, 50), despertando nele uma grande paixão. Quando ficou viúvo, viveu o príncipe com Inês de Castro, de quem teve três filhos; posteriormente, D. Pedro disse ter casado com ela secretamente. Alguns nobres temiam a influência de Inês de Castro e de seu irmão sobre o herdeiro do trono, considerando mesmo que era uma questão de independência nacional (Séguier, 1921, 44-45). Aconselhado por eles, o rei D. Afonso IV ordenará o assassinato de Inês, o que provoca a revolta de D. Pedro. Este vingará-se cruelmente dos assassinos, depois de ter subido ao trono e de ter conseguido que o rei de Castela lhe entregasse esses homens, que entretanto se tinham refugiado no país vizinho.

D. Pedro fará uma homenagem póstuma à sua amada, fazendo trasladar o corpo de D. Inês para Alcobaca e coroando-a rainha.

Os amores impossíveis de Pedro e Inês constituem um tema central da literatura portuguesa, muitas vezes retomado por diversos autores e em vários géneros literários.

Em 1383/85, o rei *D. João I de Castela* foi um dos pretendentes ao trono de Portugal, por estar casado com D. Beatriz, a única filha do rei falecido, D. Fernando. Invadindo o país com os seus exércitos, cercando Lisboa e opondo-se aos portugueses em várias batalhas, onde será derrotado apesar da superioridade numérica da suas forças, o monarca castelhano representa para os portugueses o inimigo que constituía o maior perigo para a independências do país.

Ainda neste período, *D. Leonor Teles* é a personagem mais odiada (Séguier, 1921, 48-49, 52-53; Guimarães e Mesquita, 1910, 14-15). Casada com o rei D. Fernando (estando ainda vivo o seu primeiro marido), é apresentada como sendo “dotada de péssimo carácter e de desprezíveis sentimentos, mas muito formosa” (Franco e Magno, 1913, 52); originária de uma família nobre de Trás-os-Montes, será considerada como espanhola por alguns dos autores dos manuais analisados. Com a morte de D. Fernando, assume a regência e manda aclamar a sua filha D. Beatriz e o marido, D. João I de Castela, como reis de Portugal. Já anteriormente tentara mandar assassinar um outro candidato ao trono (D. João, Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I) e conspirara de forma a obrigar dois outros candidatos, dois dos filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro, a fugirem para Castela. A sua relação amorosa com o conde galego *João Fernandes Andeiro* reforçava o ódio que o povo lhe tinha desde o seu casamento com D. Fernando, sendo vista como mais um sintoma do partido que a rainha tomava a favor de Castela e contra a independência nacional.

A aclamação de D. Beatriz punha a nossa independência em perigo ...
O povo odiava a rainha, o Andeiro e os Castelhanos, temia a perda da inde-

pendência e por isso se revoltou ... a nobreza indecisa ou tomando o partido de Castela, D. Leonor Teles e o Andeiro conquistando por toda a parte partidários com promessas, com sorrisos, com ameaças e o povo pronto a morrer pelo Mestre d' Aviz (Franco e Magno, 1913, 56-57)

A vida escandalosa da rainha fez que alguns fidalgos tomassem a resolução de matar o Conde de Ourém [Andeiro] ... Ao passo que crescia o ódio contra a rainha e seu valido, aumentava a popularidade do infante D. João, filho bastardo de D. Pedro I. (Artur e Louro, 1924, 78)

O Mestre de Avis assassina o Andeiro, é aclamado rei de Portugal, os castelhanos são derrotados e D. Leonor Teles foge para Castela, onde falecerá pouco depois. No papel que desempenhou na história de Portugal há similitudes com o de D. Teresa, na fase de formação do país, pela sua relação com um conde galego e por serem duas mulheres com características pessoais de alguma semelhança, sendo ambas vistas como perigos para a independência nacional e defensoras dos interesses de Espanha.

As descobertas realizadas pelos navegadores espanhóis estão presentes com referências a *Cristóvão Colombo* (Almeida, 1921, 124) e à chegada à América e a Fernão de Magalhães. Relativamente a *Fernão de Magalhães*, é referida a primeira viagem que realizou à volta do mundo, ao serviço de Espanha (Franco e Magno, 1913, 83; Artur e Louro, 1924, 120). O seu itinerário de circum-navegação surge no “Planispherio indicando Portugal, Ilhas Adjacentes, Colónias e Paizes de Immigração Portuguesa”, como uma das “Viagens de Exploração marítima” (Diniz, 1912), a par das viagens dos navegadores portugueses Vasco da Gama (Índia), Pedro Álvares Cabral (Brasil) e Gaspar Corte Real (Gronelândia, Terra Nova), o que revela que a condição de português foi um dos critérios de inclusão neste conjunto, sobrepondo-se ao facto de ser uma iniciativa espanhola, facto que é, nalguns casos, omitido.

Fernão de Magalhães, notável navegador português, melindrado por algumas desconsiderações de D. Manuel, foi oferecer os seus serviços ao rei de Castella. Este confiou-lhe uma esquadra com a qual Fernão de Magalhães deu volta ao mundo. Esta viagem de circumnavegação veio claramente mostrar que a terra é redonda. (César, 1911, 42)

De entre a os reis do período filipino, *Filipe I* (II de Espanha) é o que tem um retrato mais positivo: prometeu respeitar todos privilégios e garantias dos portugueses e dar-lhes sempre um governador português; pareceu interessar-se muito pelos assuntos do país, para que o povo não se revoltasse e tratou os assuntos nacionais com prudência (Franco e Magno, 1913, 107). O seu sucessor conheceu os ataques dos ingleses e holandeses às colónias portuguesas, tendo-se estes apoderado de várias, o que acentuou o descontentamento que a população vinha sentido relativamente ao domínio filipino; *Filipe II* aumentou também muito os

impostos e nomeou *Cristóvão de Moura* governador de Portugal, ele que era visto como tendo comprado a nobreza para a causa espanhola, no tempo do Cardeal D. Henrique. No reinado de *Filipe III* o descontentamento aumentou com o agravamento da opressão sobre ao povo (César, 1911, 49-54; Séguier, 1921, 94-100; *História pátria*, 1923, 46-50; Artur e Louro, 1924, 136-138), o que virava todos os ódios para

A duquesa de Mântua, regente do reino, e o português vendido à Hespanha Miguel de Vasconcelos, secretário da Duquesa, eram considerados os causadores de todas as desgraças. Miguel de Vasconcelos principalmente era um verdadeiro carrasco para os seus compatriotas (Franco e Magno, 1913, 110).

No 1.º de Dezembro de 1640, alguns nobres portugueses revoltaram-se e mataram Miguel de Vasconcelos, prendendo a duquesa de Mântua. Portugal beneficiou de uma ocasião “em que a Espanha tratava de sufocar uma revolta na Catalunha” (Artur e Louro, 1924, 150). D. João IV é aclamado rei, seguindo-se a guerra da Restauração. A partir de então, os percursos dos dois países peninsulares parecem distanciar-se entre si, apesar de algumas ingerências mútuas, como na guerra da Sucessão em Espanha e no âmbito da guerra peninsular, com as invasões francesas.

3.5

Conclusão

Os manuais escolares analisados reflectem as imagens que os portugueses construíram e difundiram sobre várias realidades, durante os curtos dezasseis anos que durou o regime republicano, apresentando continuidades e inovações. Estes manuais são objectos de cultura e constituem uma concretização das políticas educativas e dos planos curriculares da Primeira República, nos vários níveis de ensino; as suas representações sobre o universo ibérico não português são marcadas, nas dimensões geográfica, histórica e política, pela necessidade de identificação precisa do(s) outro(s), que formam um campo oposto e homogéneo face à afirmação fortemente patriótica dos republicanos portugueses.

No seu conjunto, o discurso pedagógico é marcado pela tensão entre a inovação, com os princípios da Educação Nova, a afirmação de novas metodologias, e a permanência, com a defesa da tradição histórica e o carácter factual, positivista e político-militar da história que se ensinava, seguindo uma organização baseada na sucessão de reis e dinastias.

A escola desempenhava um papel importante para conseguir a socialização de todos os portugueses e a sua integração cultural, na perspectiva de uma conformidade social e da normalização dos comportamentos. O objectivo principal era formar o homem novo, o cidadão eleitor, consciente e preparado para a intervenção política e a vida em democracia. O regime tinha consciência da necessidade de garantir a sua sobrevivência e consolidação, substituindo uma visão do mundo católica, com que estava em ruptura, por uma visão laica, escorada em cultos cívicos que convocassem a memória dos grandes feitos pátrios e dos heróis exemplares, portadores de valores que eram os da jovem república – o patriotismo ocupava um lugar central neste ideário.

A função integradora conferida à escola fez da pátria o eixo de referência fundamental para a formação dos cidadãos; em consequência, os momentos de consolidação da identidade nacional construíram-se contra uma Espanha que, frequentemente, pela proximidade geográfica e pelas acções desenvolvidas, constituiu um perigo para a independência portuguesa. Os livros escolares veicularam essa dimensão patriótica e a perspectiva que apresentaram sobre a Espanha ficou prisioneira da natureza maniqueísta e redutora subjacente a essa visão do mundo – perante “nós”, os portugueses, que se afirmavam como constituindo uma pátria independente, os “outros” que partilhavam o espaço ibérico constituíam uma unidade indiferenciada e quase sempre hostil. Será necessário procurar em outros universos republicanos, mais informados, reflexivos e conscientes, a ideia e o sentimento de formas solidárias de convivência ibérica.

IV

Representações de Espanha nos estudos portugueses sobre educação e ensino, produzidos de finais de oitocentos aos anos 30 do Século xx

Áurea Adão³⁴

A partir das primeiras reformas liberais de ensino (1836), grande parte da legislação que se foi produzindo reflectia concepções educativas dos países considerados então como “cultos”, situados para lá dos Pirinéus, nomeadamente a França, a Alemanha, a Bélgica e a Itália, não obstante ser frequente os parlamentares portugueses alertarem para as consequências nefastas de uma trans-

³⁴. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

posição de realidades de outros países. Por exemplo, em representação do Partido Progressista, na década de oitenta do século XIX, o cónego Joaquim Alves Mateus critica porque “radicou-se e tem-se entranhado na nossa constituição moral o prurido, o defeito e a tendência de imitar, trasladar e transplantar” as ideias provenientes de outros países³⁵. Outro deputado progressista, José Frederico Laranjo, apresenta as mesmas críticas e recomenda ao governo de então, igualmente progressista, que se oriente, ele, mais por ideias que a prática nacional tenha demonstrado serem adequadas do que por planos preconcebidos, “por exemplos que nos venham de fora, e que sejam pouco acomodados às nossas circunstâncias”³⁶.

No entanto, analisando pormenorizadamente os debates oitocentistas sobre o ensino secundário, que tiveram lugar quer na Câmara dos Deputados quer na Câmara dos Pares, verificamos que a Espanha e o seu sistema de ensino não servem de modelo e raramente são referidos³⁷. O mesmo acontece quanto a pedagogos e legisladores estrangeiros; os mais citados são, sem dúvida alguma, os franceses Jules Simon e Jules Ferry.

Em 1892, realizou-se o Congresso pedagógico hispano-português-americano, por ocasião da celebração do 4.º Centenário da descoberta da América e numa época bastante significativa de comemorações históricas. Ao nome adoptado para o Congresso parece não estar afastada a chamada “questão ibérica”³⁸, expressão aquela que anteriormente tinha sido objecto de discussão. Desde 1885 que as Sociedades de Geografia de Madrid e de Lisboa preparavam a realização de um congresso de “geografia mercantil e colonial” para o qual, por parte da primeira, se propunha inicialmente o nome de Congresso ibero-americano, nome este que recebeu da Sociedade de Geografia portuguesa grandes objecções. Consideravam os seus dirigentes “incientífico, ou a qualquer outro ou a qualquer programa que pudesse desvanecer e apagar em fórmula ou em questões presumidamente genéricas, a perfeita individualidade histórica e política da nação portuguesa ou colocá-la numa situação de dependência ou de

35. Sessão de 8 de Março de 1880. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados. 1880*, Vol. Janeiro-Março. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 793.

36. Sessão de 9 de Março de 1880. Idem, *ibidem*, p. 805.

37. Ver Adão, Áurea (2001). *As políticas educativas nos debates parlamentares oitocentistas. O caso do ensino secundário liceal*. Lisboa / Porto: Assembleia da República / Edições Afrontamento (pp. 400 e 405).

38. Ver artigo anterior da autoria de Sérgio Campos Matos.

inferioridade”³⁹. Depois de prolongadas negociações, a Sociedade Geográfica de Madrid veio a aceitar a alteração do nome para Congresso hispano-português-americano.

Na Secção portuguesa do Congresso pedagógico, que conta com a presença destacada de Bernardino Machado⁴⁰ são apresentadas 43 comunicações sobre diversos temas relacionados com a situação da educação e do ensino em Portugal, comunicações estas que ainda hoje podem constituir um bom material de pesquisa. Contudo, não encontramos qualquer referência a Espanha. A título de exemplo, assinalamos a comunicação de Alice Pestana sobre O que deve ser a instrução secundária da mulher?⁴¹: a autora elogia os sistemas educativos de Inglaterra, Alemanha, França, Suíça e Estados Unidos e omite qualquer referência a Espanha, quando ela já mantinha relações estreitas com os meios pedagógicos espanhóis.⁴²

4.1

As representações e imagens de Espanha nos escritos sobre Educação e Ensino

Desde finais de Oitocentos, as revistas ditas “pedagógicas” denunciavam energeticamente o abandono a que estava votada a educação portuguesa, quando também os professores primários manifestavam com insistência o seu descontentamento e procuravam chamar a atenção da opinião pública para o estado deplorável da sua Escola, ao mesmo tempo que reclamavam a necessidade de alterações profundas nas leis existentes, com vista a proporcionar condições para um aumento da frequência escolar e para um acelerar dos processos de criação de novas escolas. Seguindo as propostas do Partido Republicano,

39. Carta da Direcção da Sociedade Portuguesa de Geografia ao Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid, datada de 10 de Junho de 1885. In *Congresso hispano-português-americano. Correspondência (1891)*. Lisboa: Typ. do Commercio de Portugal (p.35).

40. Bernardino Machado pertencia então ao Partido Regenerador; somente em 1903 veio a aderir ao Partido Republicano, ao contrário do que a autora deste artigo refere, por lapso, no seu livro (2001) *As políticas educativas nos debates parlamentares oitocentistas. O caso do ensino secundário liceal* (Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento), na página 55.

41. *Congresso pedagógico hispano português-americano. Secção portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional (1892).

42. Ver Hernández Díaz, José María (1998). “La recepción de la pedagogia portuguesa en España (1875-1931)”. *Historia de la Educación. Revista interuniversitaria*, Salamanca, n.º 17 (especialmente pp. 306-312).

defendiam três princípios fundamentais para uma educação democrática – a obrigatoriedade escolar, a gratuidade do ensino e uma escola laica –, inspirados nas concepções educativas da III República francesa e, conseqüentemente, no ideário pedagógico-educativo de Jules Ferry.

No que respeita a estudos publicados sob a forma de livros, cadernos e folhetos, referindo a situação educativa vivida em Portugal ou propondo reformas pretendidas, muito especialmente, da autoria de pedagogos e pedagogistas que abraçavam as ideias republicanas, a nossa pesquisa incidiu em cerca de três dezenas de títulos⁴³. Poucas foram, porém, as representações de Espanha e do seu sistema educativo neles encontrados. Por isso, cabe aqui recordar as seguintes afirmações de Miguel de Unamuno: “Mas, sendo os dois países vizinhos isolados os dois, de certo modo, do resto da Europa, não sei que absurdo destino nos tem mantido separados no aspecto espiritual”⁴⁴

Essas poucas referências poderão ser reunidas em duas grandes categorias. Para uns, a afirmação de que a Espanha, tal como Portugal, países situados na Península Ibérica, e, portanto, aquém dos Pirinéus, se encontravam ao mesmo nível de desenvolvimento no que respeita à Educação e ao Ensino, isto é, num estado de atraso acentuado relativamente aos outros países europeus, para lá dos Pirinéus. Ou seja, a “Europa civilizada”, a “Europa culta e adiantada”⁴⁵ e na qual sobressaíam a França, a Suíça, os países escandinavos, a Bélgica, a Inglaterra e a Alemanha, países onde o protestantismo conduziu a um movimento progressivo, ao contrário de Portugal e Espanha, nos quais a Inquisição e os Jesuítas “cortaram os voos a todas as ideias de libertação intelectual e civismo emancipador”⁴⁶. Outros, mais abertos às relações com o país vizinho, apresentam, ainda que escassamente, exemplos pontuais de progresso e que seriam desejáveis para Portugal.

43. Efectuada com a colaboração de dois estudantes da Licenciatura de Ciências da Educação da ULHT (Cristóvão Santos e Ricardo Caetano) e da Dr.^a Maria Neves Gonçalves do Curso de Mestrado de Ciências da Educação da mesma Universidade, aos quais muito agradecemos.

44. Unamuno, Miguel de (1989). *Por terras de Portugal e de Espanha*. Lisboa: Assírio & Alvim (p. 8). Ed. original espanhola: 1911.

45. Grainha, M. Borges (1905). *Instrução secundária de ambos os sexos, no estrangeiro e em Portugal*. Lisboa: Tip. Universal, p. 6.

46. Grainha, M. Borges (1908). *O analfabetismo em Portugal, suas causas e meios de as remover*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 7.

No primeiro caso, as representações surgiam especialmente quando se tratava do nível baixo de escolarização dos Portugueses e no desejo dos republicanos em modificar a situação. Dois anos após a implantação da República, um inspector do ensino primário afirmava:

Só nós portugueses, e espanhóis, habitantes da Ibérica Península, rodeados pelo líquido elemento, na maior extensão dos nossos limites, e entrincheirados por detrás dos Pirinéus que, como barreira natural, parecem querer opor-se a que comuniquemos com o mundo e com a civilização, permanecemos indiferentes ao frémido de entusiasmo que perpassou por todos os espíritos cultos e agitou todos os povos⁴⁷.

Ou,

E ao passo que as nações mais iluminadas não cessam de pedir (...) luz e mais luz, a pobre Península parece alheada de tudo isto, e continua a comprazer-se na aridez da sua tenebrosa ignorância, ou no ledó engano da sua ilusória cultura⁴⁸.

A par com estas posições, encontrámos, embora muito raramente, por parte de autores republicanos, sinais da sua tendência anti-ibérica. O exemplo mais significativo será porventura as afirmações de um professor muito empenhado na organização associativa dos professores primários e nas suas ligações ao movimento internacional. Exaltando as qualidades dos portugueses deixa transparecer os seus sentimentos:

Porém, o nosso Povo sempre foi grande, sempre se sacrificou quando este sacrifício era exigido pela salvação da Pátria querida! Por duas vezes a arrancou das garras de Espanha para o que ofereceu o seu sangue com que se escreveram em pergaminho douradas e memoráveis datas de 14 de Agosto de 1385 e 1 de Dezembro de 1640 (...) O perigo manifesto já não existe realmente fora das fronteiras. Pode a Espanha sonhar o doce idílio da União Ibérica, (...) o glorioso património dos nossos antepassados, que esse fugaz sonho e essa louca ambição jamais se converterão na realidade⁴⁹.

47. Rosa y Alberty, Ricardo (1912). Breve memória sôbre trabalhos manuais. In *Liga Nacional de Instrução, Terceiro congresso pedagógico*. Abril de 1912. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 254.

48. Campos, Agostinho de (1922). *Educação e ensino*. (2.ª ed.). Paris / Lisboa: Liv.ª Aillaud e Bertrand, p. 21-22. 1.ª ed.: 1910.

49. Anjo, César (1913). *A educação do povo portuguez*. Mortágua: ed. do autor, p. 27 e 30.

4.2

As intervenções favoráveis

Como atrás dissemos, um grupo ainda que restrito de republicanos, alheando-se da situação política diversa dos dois países e da grande questão de unificação ibérica, nos seus estudos e escritos apresentam aspectos de desenvolvimento existentes em Espanha e aquilo que nós, os portugueses, poderíamos de útil retirar.

Uma dessas figuras foi Borges Grainha, republicano e mação, que se evidenciou como um dos mais interventivos relativamente ao modelo de sistema educativo desejado. Seguindo a imagem comum de que a Europa civilizada, a Europa culta e adiantada, estava em França, na Suíça, Itália, Bélgica, “países mais parecidos com o nosso”⁵⁰ e ainda na Inglaterra e Alemanha, não deixava de lamentar o afastamento existente entre Portugal e Espanha.

Nós estamos ligados fisicamente com a Espanha, mas intelectualmente estamos dela muitíssimo distanciados. Não sabemos nem cuidamos de saber o que por lá se passa. E contudo esse descuido não é racional e é sobretudo muito perigoso (...) É-nos necessário, pois, perscrutar os passos dessa nossa vizinha e rival, estudar-lhe os progressos e conhecer-lhe o andamento e os intuitos. Julgamo-la muito mais atrasada do que está. Ela não está decerto no glorioso concerto das nações mais civilizadas da Europa; pelo contrário, pertence, como nós, ao pouco honroso grupo das menos adiantadas. Mas os seus progressos, sobretudo nos últimos tempos, são notáveis”⁵¹.

4.2.1

A questão do analfabetismo

Já, em 1870, no relatório que precedia a reforma (que veio apenas a vigorar cerca de cinco meses), D. António da Costa, também ele efémero ministro da Instrução Pública, ao demonstrar que todo o ensino se encontrava “a uma grande distância, não só do que prescrevem os princípios, mas também do que é já realidade em muitos outros países”⁵², utilizava, em primeiro lugar, para comparação, a situação de Espanha, apresentando ao mesmo tempo os índices

50. Grainha, Borges (1905). *Instrução secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*. Lisboa: Tip. Universal, p. 1.

51. Idem, p. 212-213.

52. Reforma da instrução primária, de 16 de Agosto de 1870.

escolares muito mais elevados de França, Bélgica e Baviera (8 000), de Inglaterra, Holanda, Suécia e Prússia (10 000), dos Estados Unidos (21 000)⁵³. E, continuando a sua comparação, referia que em Espanha havia uma escola para 600 habitantes, taxa muito aquém daquela que possuíam outros países: em França, Baviera, Itália, Holanda e Inglaterra 1 escola para 500 e 400 habitantes, na Suécia, 1 para 300; nos Estados Unidos 1 para 160; na Prússia 1 para 150. Em Portugal, de acordo com os seus cálculos havia uma escola para 1 100 habitantes. E afirmava: “Para estarmos, não diremos na situação que recomendavam as necessidades da população e do ensino, mas apenas na situação em que se acha a Espanha, devíamos ter 7 000 escolas oficiais”⁵⁴.

Do mesmo modo, no início da 1.ª República, utiliza-se as taxas de analfabetismo existente em Espanha para referir o grande atraso dos portugueses (com 750 analfabetos por 1000 habitantes), mas, continuando também sob este aspecto, a deixar-se bem claro que, embora aquele país ocupasse um melhor lugar, situava-se todavia abaixo dos países de além-Pirinéus: por cada 1000 habitantes contava ainda 660 analfabetos, como se dizia, “muito atrás” da Suíça, da Suécia, da Dinamarca e da Alemanha (1/1000), da Inglaterra (10/1000), dos Países Baixos (20/1000), da França (90/1000), da Bélgica (100/1000), da Áustria (230/1000) e da Itália (210/1000)⁵⁵.

Um ano antes da implantação da República, um relatório oficial (A instrução educativa e a organização geral do Estado, da autoria de Carneiro de Moura), referindo-se às reformas da escola primária nos países da Europa, começa por afirmar:

A nossa época é mais que nenhuma outra caracterizada pela instrução educativa integral e democrática. Os ingleses e os norte americanos vão na vanguarda deste movimento; em todos os povos cultos se criam escolas populares para aumentar a felicidade e o poder de produtividade do homem⁵⁶.

53. Em Portugal, existiam, então, apenas 2 300 escolas oficiais, quando deviam existir 12 000.

54. Reforma da instrução primaria de 16 de Agosto de 1870.

55. Anjo, César (1913). *A educação do povo portuguez*. Mortágua: ed. do autor, p. 43.

56. Moura, Carneiro de (1909). *A instrução educativa e a organização geral do Estado. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 123.

E apontando todos os outros países europeus considerados avançados em matéria de educação e ensino, quanto à Espanha, refere:

Desde 1857 que na Espanha existe o princípio da obrigatoriedade escolar, mas, também no país vizinho, tal disposição é letra morta. O analfabetismo é grande em Espanha, pelo que os espíritos cultos do centro da Europa têm dito que esta acaba nos Pirinéus. As escolas normais espanholas, como entre nós, não têm satisfeito aos seus fins, e os professores primários em Espanha são mais mal pagos que em Portugal⁵⁷.

A importância da criação de um Ministério de Instrução Pública

Até 1913, os assuntos de Educação e Ensino estiveram sob a tutela do Ministério do Reino⁵⁸, salvo duas experiências muito efémeras em 1870 e 1890-92. Para a propaganda republicana, a criação de um Ministério de Instrução Pública era considerada uma das medidas primeiras a ser promulgada porque desse Ministério iriam depender todas as reformas educativas desejáveis. Por esta razão, é recordada com alguma frequência a criação do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes espanhol (1899), medida considerada “da maior transcendência”, porque a partir de então a Espanha “se começa a erguer”⁵⁹.

4.2.2

Alguns outros progressos apontados

Alguns republicanos, embora seguindo a concepção mais generalizada de que tanto Portugal como Espanha, situados na ponta ocidental da Europa, não se tinham ainda libertado do atraso educativo e cultural, não deixavam, porém, de referir como exemplos pontuais a seguir alguns aspectos do sistema educativo espanhol por cuja introdução em Portugal se batiam.

É o caso do papel educativo dos trabalhos manuais na escola primária: “Um pouco mais avisados do que nós, nesse ponto, os espanhóis têm-nos como obrigatórios nas suas escolas há já bons dez anos”⁶⁰.

57. Idem, p. 125.

58. Foi neste ano que o regime republicano criou o Ministério de Instrução Pública.

59. Moura, Carneiro de (1905). *Op. cit.*, p. 214

60. Rosa y Alberty, Ricardo (1912). *Op. cit.*, p. 254.

Do mesmo modo, a formação prática do aluno, quase sempre presente no ideário educativo republicano, encontrava apoio na situação espanhola. Por exemplo, para a introdução do ensino da agricultura no plano curricular das escolas primárias rurais, considerado então “de grande vantagem para o progresso nacional”, advertem-se os poderes públicos de que a Espanha estava mais avançada⁶¹.

4.3

Os congressos de professores

A organização de congressos nacionais destinados a discutir as questões educativas não era prática corrente no Portugal oitocentista. Foi muito próximo de finais do século XIX que se realizou o primeiro congresso de professores do ensino primário (1892), seguido de dois outros alguns anos depois (1897). Somente com a implantação da República e com a criação de associações profissionais intervenientes, aquele grupo de docentes retoma a prática de se reunir em congressos a que dão o nome de pedagógicos. A par dos problemas mais urgentes no âmbito do seu estatuto socioprofissional, os professores aproveitavam estes encontros para debaterem temas de ordem educativa, desde as prioridades para a escola do primeiro nível (primária), a organização curricular e a gestão do ensino, à acção social escolar, à luta contra o analfabetismo.

O seu primeiro congresso realizado sob o regime republicano (1914), bem como todos os outros que tiveram lugar até 1927, ocupam-se amplamente das questões educativas com a apresentação e discussão de comunicações sobre: a formação dos professores, a função social da escola primária, a laicização do ensino, a obrigatoriedade escolar, os edifícios escolares, etc. Todavia, nas comunicações apresentadas não existem referências a Espanha.

Porém, ao longo de toda a vida associativa dos professores primários, nota-se um alheamento quase total relativamente ao movimento sindical de outros países e às grandes questões associativas internacionais. No entanto, a União do Professorado Primário efectua uma aproximação com os professores de Espanha e do Brasil, os quais se fazem representar nos seus congressos. Em 1926, são estabelecidas relações com a Asociación Nacional del Magisterio Primário espanhola, relações estas que, devido ao golpe militar do 28 de Maio de 1926 não viriam a ter continuidade.

61. Liga Nacional de Instrução (1909). *1.º Congresso pedagógico de instrução primaria e popular realizado em Abril de 1908*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 94.

No que respeita aos professores do ensino secundário, o seu associativismo não alcançou o nível de organização dos docentes da escola primária, tendo-se realizado os seus únicos cinco congressos entre 1926 e 1931. Não há, porém, notícia da participação e de relações com os professores espanhóis. Desde o século XIX, em Portugal, considerava-se o ensino secundário de Espanha muito mais atrasado em estruturas e funcionamento. Num trabalho oficial de 1914, escreve-se o seguinte:

De todos os países civilizados apenas a Espanha – e ninguém pretenderá tomá-la por modelo sob este ponto de vista – adopta ainda o sistema de recrutamento de professores de ensino secundário por meio de concursos⁶².

4.4

A teoria pedagógica

Os professores, especialmente os primários, e outros pedagogos pediam com insistência uma escola organizada de acordo com a pedagogia moderna. Todos lamentavam que o ensino obedecesse à pedagogia tradicional e que não correspondesse a um sistema criteriosamente definido. Terminada a 1.ª Guerra mundial, a instituição escolar é, por toda a Europa, posta em causa e os professores portugueses reclamam energicamente:

Já é tempo de dar à escola primária bases novas e sólidas. Já é tempo de pensar a sério no sério problema da instrução popular que, desde 5 de Outubro de 1910, se tem conservado num estado perfeitamente revolucionário, confuso e pernicioso, sob todos os pontos de vista, à causa da República⁶³

Todavia, em Portugal, até a década de 30, tal como vinha acontecendo desde os anos de Oitocentos, verificou-se uma tendência para a publicação de leis sem se atender à situação real do país, mas simplesmente com o propósito de uma aproximação aos sistemas educativos dos países “cultos” e “civilizados”, que se situavam além Pirinéus. Por isso, as associações docentes continuam a não dissociar da luta por melhores condições de vida a exigência de uma escola nova, adaptada à Europa do pós-guerra. O congresso dos professores do ensino primário, realizado em Leiria, em Agosto de 1923, teve como ponto principal do seu programa a apreciação de um projecto de reorganização da educação nacional, apresentado ao Parlamento pelo efémero Ministro da

62. Instrução Pública (1914). *O magistério secundário. Recrutamento de professores, Famalicão*: Tip. «Minerva» de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, p. 7.

63. *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 201, de 23 de Janeiro de 1916.

Instrução Pública, João Camoesas, projecto este que se aproxima das concepções da Escola Única. Contudo, não se faz nele uma única referência aos países em que o sistema se propõe, como também não se insere qualquer representação de Espanha. No congresso de Janeiro de 1926, são apresentadas e discutidas duas comunicações baseadas naqueles mesmo princípios: A escola primária integral e Normas pedagógicas em que deve basear-se uma reforma da instrução em Portugal.

Mas, este desejo e esta luta de mudança, de inovação, pouco vai buscar aos teóricos e pedagogos espanhóis. De facto, a inspiração vem-lhes de Adolphe Ferrière, de Maria Montessori, de Célestin Freinet, de Fröebel, de Pestalozzi, de Anton Makarenko e outros.

Em contrapartida, o pensamento pedagógico-educativo espanhol não é objecto de grande divulgação e adopção. Bernardino Machado e João de Barros poderão, decerto, ser considerados para o espaço temporal que nos ocupa os dois mais importantes representantes dessa corrente. Ambos perfilhavam e divulgavam a criação e os princípios por que se regia a Institución Libre de Enseñanza. João de Barros manifesta igualmente admiração pelo seu funcionamento: “Fui ali encontrar realizado quase tudo o que sonho como professor, tudo o que tenho procurado fazer e de que ainda ando tão longe”⁶⁴. E mantinham contactos com pedagogistas e educadores espanhóis⁶⁵: o primeiro especialmente com Francisco Giner de los Rios, o segundo com Manuel Bartolomé Cossío. João de Barros no seu livro *A nacionalização do ensino* (1911), aponta deste “notável pedagogo” o “seu pequeno, mas admirável estudo sobre «O Mestre, a Escola e o Material escolar»”, no qual “faz ressaltar com nitidez fulgurante o papel do Mestre na escola [colocando-o] acima de tudo: - da instalação da escola, do material escolar, dos próprios métodos de ensino, do próprio Estado, das próprias leis pedagógicas. E, fazendo-o, de tudo o torna responsável, de tudo lhe toma contas”⁶⁶.

64. Barros, João de (1908), *A escola e o futuro (Notas sobre a educação)*. Porto: Liv.^a Portuense de Lopes & C.^a, Sucessor, p. 50.

65. Ver: Fernandes, Rogério (s.d.). *João de Barros. Educador republicano*. Lisboa: Livros Horizonte; Fernandes, Rogério (1985). *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*. Lisboa: Livros Horizonte.

66. Barros, João de (1911). *A nacionalização do ensino*. Porto: Ferreira Lda. Editores, p. 43.

Miguel de Unamuno dá-nos a informação de que, em Portugal, no início do século XX, na Faculdade de Medicina de Coimbra, serviam de texto para a cadeira de Histologia obras de Ramón y Cajal; porém, traduzidas em francês⁶⁷.

4.5

Uma breve reflexão final

Embora elas não tenham sido proferidas por nenhum português, porque não, inverter aqui as palavras do espanhol Rubén Landa que, em 1927-1928, estudando o ensino secundário em Portugal diz o seguinte:

El conocimiento de la enseñanza portuguesa [e nós dizemos, do ensino espanhol] puede ser de gran utilidad para un español [e nós dizemos, para um português] (...) pues el problema fundamental de Portugal, como el de España, es el de su incorporación à la corriente de la cultura europea⁶⁸.

Ou, finalmente, adoptar como nossas estas outras palavras do professor e republicano Borges Grainha, escritas em 1905:

devemos ter sempre sob os olhos a marcha intelectual e comercial da Espanha, porque esta nação, com quem aliás devemos viver em boa amizade pelos motivos da vizinhança e das condições de clima, de raça, etc., sendo, como é, a nossa vizinha, é, por isso mesmo e pela força das circunstâncias da vida moderna, a nossa rival mais próxima no continente. Mas é a rivalidade, sensata e digna, que faz progredir as nações e os indivíduos⁶⁹. «

Fontes e Bibliografia

Bibliografia II

Representaciones de España en el discurso historiográfico português

- Anderson, B.: *Comunidades imaginadas*, Mexico, FCE, 1993.
 BOSWELL, D. y EVANS, J. (eds.): *Representing the nation*, N. Y., Routledge, 1999.
 CALAFATE, P. (ed.): *História do pensamento filosófico português*, Lisboa, Caminho, 2000.
 CAMPOS MATOS, S.: *Historiografia e memória nacional*, Lisboa, Colibri, 1998.
 CORTESÃO, J.: *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1964.
 CORTESÃO, J.: *O humanismo universalista dos portugueses*, Lisboa, Horizonte, 1965.

67. Unamuno, Miguel de (1989). *Op. cit.* (p. 8). O texto foi escrito em Salamanca, em Março de 1907.

68. Landa, Rubén (1928). *La enseñanza secundaria en Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 1.

69. Instrução secundária de ambos os sexos..., p. 295.

- FIGUEIREDO, F.: Pirenne. *Introducción a la historia comparada de las literaturas portuguesa y española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1971.
- FIGUEIREDO, F.: *Las dos Españas*. Santiago de Compostela, Universidad, 1933.
- FOX, I.: *La invención de España*, Madrid, Cátedra, 1997.
- GREENFELD, L.: *Nationalism: five roads to modernity*, Cambridge, Ma., Harvard University Press, 1992.
- HOSKING, G. (ed.): *Myths and nationhood*, Londres, Routledge, 1997.
- KOSELLECK, R.: *Futuro pasado*, Barcelona, Paidós, 1993.
- LOURENÇO, E.: *Nós e a Europa ou as duas raízes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.
- MATTOSO, J.: *A identidade nacional*, Lisboa, Gradita, 1998.
- NORA, P.: *Les lieux de mémoire* (vol. I), Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA MARTINS, J. P.: *História da civilização ibérica* (11.ª ed.), Lisboa, Guimaraes Editores, 1984.
- PASCOAES, T.: *Os poetas lusiadas*, Lisboa, Assírio Alvim, 1987.
- SALAZAR PONTE, C.: *Oliveira Martins a história como tragédia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.
- SMITH, A. D.: *Myths and memories of the nation*, Oxford, University Press, 1999.
- THOM, M.: *Repúblicas, naciones y tribus*, Gijón, Trea, 1999.
- WHITE, H.: *Metahistoria*, Mexico, FCE, 1992.

Bibliografia III

Imagens de Espanha em livros escolares da Primeira República

Bibliografia geral

- Adão, Áurea (2000). O estudo da Europa na formação dos professores da escola primária portuguesa (1910-1926). In Giovanni Genovesi (dir.). *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945)* (pp. 179-190). Milão: FrancoAngeli.
- Aragão, Rui (1985). *Portugal – o desafio nacionalista: psicologia e identidade nacionais*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Bettencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (1991). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- Choppin, Alain (1992). *Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris : Hachette.
- Escolano Benito, Agustín, dir. (1997). *Historia Ilustrada del Libro Escolar en España*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2 vols.
- Fafe, José Fernandes (1990). *Nação: fim ou metamorfose?* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Genovesi, Giovanni (dir.) (2000). *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945)*. Milão: FrancoAngeli.
- Lourenço, Eduardo (1988). *O Labirinto da Saudade*, 3.ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Matos, Sérgio Campos (1990). *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mattoso, José (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/ Gradiva Publicações.
- Mogarro, Maria João (2000). *School Manuals in the Portuguese New State*. Comunicação apresentada na XXII ISCHE – International Standing Conference for the History of Education, Universidad de Alcalá de Henares – Espanha, 6 a 9 de Setembro de 2000.
- Nóvoa, António (1998). *Histoire & comparaison (essais sur l'éducation)*. Lisboa : Educa.

- Pintassilgo, Joaquim; Costa, Rui Afonso (2000). A imagem e a ideia de Europa nos manuais escolares do ensino primário em Portugal. In Giovanni Genovesi (dir.). *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945)* (pp. 159-178). Milão: FrancoAngeli.
- Pintassilgo, Joaquim (1998). *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da primeira república portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, Augusto Santos; Jorge, Vítor Oliveira (1993). *Existe uma cultura portuguesa?* Porto: Edições Afrontamento.

Legislação

- Diário do Governo* (1900-1930). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Programas e horários para as escolas do ensino normal (Decretos de 18 de Outubro e de 4 de Dezembro de 1902)* (1903). Lisboa: Manuel Gomes Editor.
- Ministério da Instrução Pública (1920). *Ensino Normal Primário – Programas do Curso Normal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

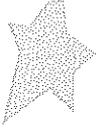
Livros escolares para o ensino primário

- Artur, A. M. Faria; Eouro, A. Dias (1922). *Lições de Geografia, 4.ª, 5.ª classe*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand.
- Corografia, 1.ª e 5.ª classe* (1922 a). Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Corografia, 1.ª e 5.ª classe* (1922 b), 2.ª ed. Porto: Livraria e Imprensa Civilização – Livraria Nacional Estrangeira.
- Corografia de Portugal* (1916). Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Artur, A. M. Faria; Louro, A. Dias (1924). *História de Portugal*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand.
- César, José Francisco (1911). *Resumo de História pátria*. Lisboa: Corrêa e Rapozo Editores.
- Dias, Artur Loureiro (1902). *Resumo de história e chorografia de Portugal*, 3.ª ed. Porto: Livraria Editora de António Figueirinhas.
- Diniz, Ernesto de Vasconcellos e Miranda (1912). *Atlas escolar primário (curso superior)*. Lisboa: Livraria Aillaud, Alves & C.ª (Bertrand).
- Franco, Chagas; Magno, Aníbal (1913). *Primeiros esboços de história de Portugal*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Paulo Guedes & Saraiva.
- Franco, Sezinando Chagas (s/d.). *Lições de história de Portugal*. Lisboa: Livraria Popular de F. Franco.
- Guimarães, Acácio; Mesquita, Marcelino (1910). *Primeiras lições de história de Portugal*, nova edição. Lisboa: M. Gomes, Editor – Livraria Popular Francisco Franco.
- História pátria* (1923). Porto: Livraria e Imprensa Civilização – Livraria Nacional e Estrangeira.
- Mascarenhas, Arsénio Augusto Torres (1910). *Resumo de história de Portugal*. Lisboa: A. Machado & C.ª.
- Mendonça, Henrique Lopes de (1903). *História de Portugal contada aos pequenos portugueses*, 2.ª ed. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Moura, Agostinho César de; Queirós, Eusébio de (1912). *História Pátria*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmãos, editores.
- Nogueira, Domingos d' Almeida (1903). *Resumo de história de Portugal*, nova edição. Lisboa: A Liberal, Officina Typographia.
- Séguier, Jayme de (1921). *História de Portugal*, 10.ª ed. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Silva, Artur Lucas Marinho da (1906). *História da nossa pátria*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.

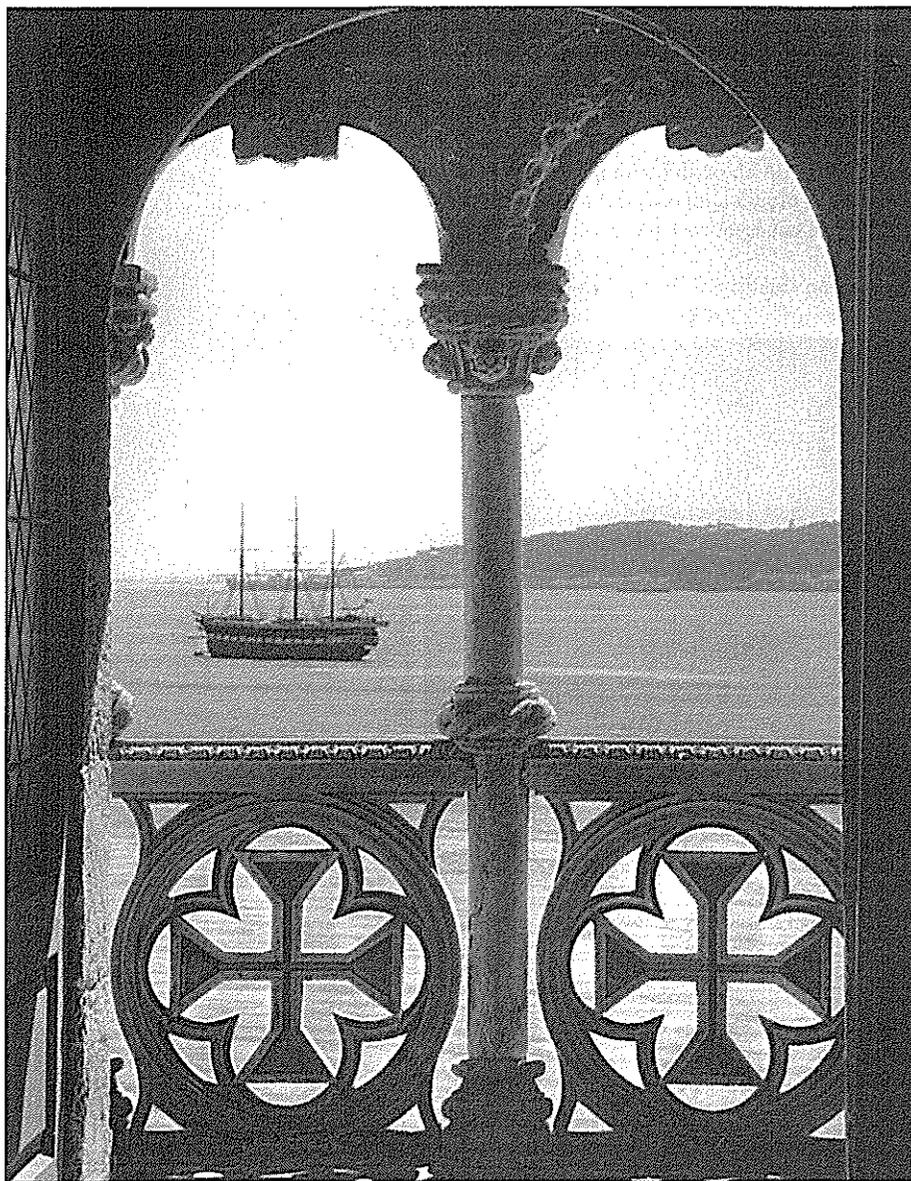
Machado, Ulisses (1922). *Livro de leitura para a 4.ª e 5.ª classes da escola primária*, 11.ª ed. Lisboa: Livraria J. Rodrigues & C.ª

Livros escolares para o ensino liceal, normal e técnico

- Almeida, Fortunato de (1903). *História das instituições em Portugal (VI classe do Curso dos Liceus)*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz
- Almeida, Fortunato de (1913). *Curso de Geographia physica e politica*, 3.ª ed. Coimbra: Edição do Autor, Imprensa Académica. (9.ª ed., 1928)
- Almeida, Fortunato de (1918). *Curso de História Universal*. Coimbra: Edição do Autor.
- Almeida, Fortunato de (1919). *Curso de História de Portugal*, 6.ª ed. Coimbra: Edição do Autor.
- Almeida, Fortunato de (1921). *Esboço de História de Portugal com episódios, biografias e tradições*, 2.ª ed. Coimbra: Edição do Autor, Imprensa Académica.
- Chagas, Manuel Pinheiro (1916). *Resumo de História de Portugal*, 4.ª ed. (atualizada por Álvaro Pinheiro Chagas). Lisboa: Companhia Portuguesa (1.ª ed., 1880).
- Compêndio de História de Portugal para uso da mocidade estudiosa (s/d)*. Porto: Imprensa Comercial.
- Figueiredo, Cândido de (1913). *História de Portugal sumariada. Para uso do povo e das escolas*, 5.ª ed. Lisboa: Livraria Ferreira Lda. (1.ª ed., 1888).
- Filho, Sílvio Pélico (1924). *Legislação comparada do ensino primário e normal (história e crítica)*. Lisboa: "Lvmem" Empresa Internacional Ed.
- Filho, Sílvio Pélico (1926). *Curso de História geral e pátria*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lucci, Luís Filipe de Lencastre Schwalbach (1920). *Compêndio de Geografia para as I e II classes do curso dos liceus*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. (4.ª ed., 1923).
- Mascarenhas, Arsénio A. Torres de (1901). *Notícia de alguns homens mais notáveis e episódios da história portuguesa*, 2.ª ed. Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Mascarenhas, Arsénio A. Torres de (1907). *Compêndio de História de Portugal*, 4.ª ed. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva. (14.ª ed., 1936).
- Matoso, Pdre. José Alves (1910). *Compêndio de História de Portugal para uso dos estabelecimentos de instrução secundária*, 4.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade (3.ª ed., 1905).
- Mereia, M. Paulo; Peres, Damião (1920). *História de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Peres, Damião; Junior, F. J. Cardoso (1926). *Noções de História de Portugal*, 2.ª ed. Coimbra: "Lvmem" Empresa Internacional Ed. (1.ª ed., 1923; 3.ª ed., 1929).
- Rodrigues, F. A. Xavier (compil. e coord.) (1925?). *Narrativas históricas*, 2.ª ed. Lisboa: Livraria J. Rodrigues.
- Sá, Mário de Vasconcelos e (1921). *Compêndio de Geografia elementar – 3.ª classe – I parte para uso dos liceus*. Porto: Livraria Chardron.
- Sá, Mário de Vasconcelos e (1921). *Trabalhos práticos de Geografia (para várias classes do ensino secundário, normal e primário superior)*. Braga: Livraria Cruz Editora.
- Sá, Mário de Vasconcelos e (1925). *Elementos de Geografia (para 1.ª e 2.ª classe dos liceus, conforme programas de 26 de Setembro de 1919)*. Porto: Livraria Católica Portuense.
- Sá, Mário de Vasconcelos e (1927). *Compêndio de Geografia Geral – 6.ª e 7.ª classe, secções de Letras e Ciências para uso dos liceus*. Porto: Livraria Chardron.
- Soares, João (1922). *A idade moderna e contemporânea – compêndio para a V classe dos liceus*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Seabra, Eurico de (1916). *História Sumária de Portugal*, 4.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Ed.



O Padre Feijoo abriu os horizontes mentais na Península Ibérica.



Miramos e ollan para nós...